



ASSOCIATIVISMO JUVENIL EM PORTUGAL

INDICADORES E EVIDÊNCIAS DE IMPACTO DO

ASSOCIATIVISMO JUVENIL –

ASSOCIAÇÕES E DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

INDICADORES E EVIDÊNCIAS DE IMPACTO DO ASSOCIATIVISMO JUVENIL – ASSOCIAÇÕES E DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

AUTORIA DO DOCUMENTO

Sofia Marques da Silva

José Albino Lima

Joana Lopes

COLABORAÇÃO

Marília Montenegro

Branca Dias

Branca Lopes

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Porto, dezembro 2021

ÍNDICE

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	9
A. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO	12
A.1. NOTA TEÓRICA	12
A.2. NOTA METODOLÓGICA	13
A2.1. Participantes	14
A2.2. Instrumentos	14
A2.3. Procedimentos	15
A2.4. Apresentação de resultados	16
B. RETRATO GERAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS	17
B.1. ESPAÇO FÍSICO, MAPEAMENTO GEOGRÁFICO E ÂMBITO TERRITORIAL DE AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	17
B.1.1. Espaço físico/Sede e suas condições	17
B.1.2. Mapeamento geográfico: Município	20
B.1.3. Mapeamento geográfico: Distrito	21
B.1.4. Âmbito territorial de atuação das associações juvenis	22
B.2. MAPEAMENTO TEMPORAL DAS ASSOCIAÇÕES	24

B.2.1. Tempo de existência da associação	24
B.2.2. Tempo de participação na associação: os dirigentes	25
B.3. NATUREZA/TIPO E DIMENSÃO DA ASSOCIAÇÃO	26
B.3.1. Número de associados	26
B.3.2. Faixa etária dos associados	27
B.3.3. Condições de admissão	28
C. RETRATO ESPECÍFICO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS E SUAS AÇÕES	29
C.1. PARTE 1 – ASSOCIAÇÕES	29
C.1.1. Domínios de atuação da associação	29
C.1.2. Outros domínios de atuação a explorar	34
C.1.3. Principais atividades da associação	38
C.1.4. Atividades de participação do/a jovem dirigente	41
C.1.5. Tempo de dedicação do/a jovem dirigente às atividades	43
C.1.6. Outras atividades a explorar (identificadas pelo/a jovem dirigente)	46
C.1.7. Público-alvo da associação	46
C.1.8. Entidades parceiras da associação	49
C.1.9. Entidades financiadoras da associação	51

C.2. PARTE 2 – AÇÕES	54
C.2.1. Público-alvo de cada ação	54
C.2.2. Domínio de atuação de cada ação	56
C.2.3. Âmbito territorial das ações das associações juvenis	79
C.2.4. Tempo de implementação das ações das associações juvenis	81
C.2.5. Período de execução das ações das associações juvenis	82
C.2.6. Entidades parceiras na implementação das ações das associações juvenis	85
C.2.7. Entidades promotoras das ações das associações juvenis	87
C.2.8. Meios de divulgação das ações das associações juvenis	89
D. RETRATO SOBRE A LIDERANÇA JUVENIL EM PORTUGAL E SEU IMPACTO	92
D.1. MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E LIDERANÇA ASSOCIATIVA	93
D.1.1. Motivações para a participação na associação	93
D.1.2. Conhecimento sobre a existência da associação	96
D.1.3. Motivações para a liderança associativa	97
D.2. COMPETÊNCIAS E IMPACTO DA LIDERANÇA ASSOCIATIVA	99
D.2.1. Desenvolvimento de competências de liderança associativa	99

D.2.2. Impacto da associação na comunidade: percepções, expectativas e desejos de mudança dos/as dirigentes associativos	101
D.2.3. Impacto da pandemia Covid-19 nas associações e na liderança associativa	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
BIBLIOGRAFIA	114
APÊNDICES	121
AP1. Questionário “Dirigentes Associativos/as: Indicadores e Evidências de Impacto do Associativismo Juvenil”	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Existência de Espaço Físico/Sede da Associação	17
Tabela 2. Espaço Físico/Sede da Associação em Boas Condições	18
Tabela 3. Tempo de Existência da Associação Juvenil	25
Tabela 4. Condições de Admissão para Integrar a Associação	28
Tabela 5. Domínios de atuação da associação juvenil	30
Tabela 6. Categorização em domínios e subdomínios de atuação	32
Tabela 7. Domínios de Atuação (Agrupados) da Associação Juvenil	34
Tabela 8. Outros Domínios de Atuação da Associação Juvenil	36
Tabela 9. Principais Atividades da Associação	39
Tabela 10. Atividades em que o/a Jovem Dirigente Participa	41
Tabela 11. Tempo Médio de Dedicção do/a Jovem Dirigente às Atividades da Associação	43
Tabela 12. Outras Atividades a Explorar (identificadas pelo/a jovem dirigente)	45
Tabela 13. Público-alvo da Associação	47
Tabela 14. Entidades Parceiras da Associação	50
Tabela 15. Entidades Financiadoras da Associação	52
Tabela 16. Público-alvo das Ações Desenvolvidas pelas Associações Juvenis	55
Tabela 17. Domínios de Atuação das Ações mais Representativas das Associações Juvenis	57
Tabela 18. Categorização em Domínios e Subdomínios de Atuação	59

Tabela 19. Ações das Associações Juvenis: sua Distribuição e Frequência por Domínios de Atuação	61
Tabela 20. Período de Execução das Ações das Associações Juvenis	83
Tabela 21. Entidades Parceiras na Implementação das Ações das Associações Juvenis	86
Tabela 22. Entidades Promotoras das Ações das Associações Juvenis	88
Tabela 23. Meios de Divulgação das Ações das Associações Juvenis	90
Tabela 24. Motivações para a Participação na Associação	94
Tabela 25. Motivações para a Participação na Associação	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tipologia de Mudanças Necessárias no Espaço Físico/Sede da Associação (distribuição em percentagem).	19
Figura 2. Representação Geográfica das Associações Juvenis por Município	20
Figura 3. Representação Geográfica das Associações Juvenis por Distrito	22
Figura 5. Tempo de Participação na Associação (distribuição em percentagem)	26
Figura 6. Número de Associados (distribuição em percentagem)	27
Figura 7. Faixa etária dos associados (distribuição em percentagem)	27
Figura 8. Âmbito Territorial de Atuação das Ações Desenvolvidas pelas Associações Juvenis (distribuição por frequência)	80
Figura 9. Tempo de Implementação das Ações das Associações Juvenis (distribuição em percentagem)	81

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

O presente relatório dá conta de um estudo promovido pela Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ) e desenvolvido pelo Centro de Investigação e de Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

O estudo realizado a nível nacional, tem como objetivo produzir conhecimento sobre o impacto do associativismo jovem nas dimensões: (a) individual, ou seja, ao nível da relevância que pode ter junto de jovens que se envolvem em práticas associativas, (b) organizacional, no que diz respeito ao desenvolvimento das próprias associações, e (c) comunitária, quanto ao papel que as dinâmicas associativas podem imprimir nos contextos de proximidade em que atua e com os quais se relaciona. Metodologicamente foram desenvolvidos e aplicados dois questionários: um destinado a obter respostas junto de dirigentes associativos, no sentido de termos uma compreensão sobre o papel do associativismo refinado por uma perspetiva de liderança; um questionário destinado a jovens associados/as para melhor compreendermos as suas perspetivas sobre o lugar das associações a partir das suas experiências de participação.

O produto que aqui se apresenta foca-se na análise e interpretação de resultados respeitantes às perspetivas de dirigentes associativos. Apresentam-se dados que nos permitem conhecer em mais profundidade retratos de lideranças relacionadas com o associativismo jovem em Portugal, explorando o seu papel enquanto dirigente (funções, desafios/dificuldades, mudanças, motivações e aprendizagens) e perceções sobre o impacto que consideram que as suas associações podem ter em diferentes escalas territoriais de análise: local, regional e nacional.

O estudo foi realizado entre agosto de 2021 e março de 2022, sendo, por isso, relevante assinalar a especificidade do contexto social e histórico atravessado por uma crise pandémica, reconhecendo-se as implicações que terá não só no modo como afetou o associativismo jovem, mas como condiciona as perspetivas das pessoas que

responderam ao questionário. Assim, o impacto da COVID 19 será também analisado e discutido.

O instrumento que deu origem a dados sobre os quais este documento recai encontrava-se organizado em três grupos. Num primeiro momento, *GRUPO I – Caracterização Sociodemográfica*, procurou-se retratar e caracterizar as associações em que jovens participam e que compõem a amostra do estudo através de uma extensa caracterização sociodemográfica, incluindo, mapeamento territorial da associação, tempo de existência da associação, tempo de participação do jovem na associação, número de associados, faixa etária dos associados e quem pode fazer parte da associação.

Num segundo momento, *GRUPO II – Ações*, pretendia-se identificar os principais domínios de atuação da associação, as principais atividades e ações desenvolvidas, o público-alvo, as entidades parceiras e as entidades financiadoras.

Num terceiro momento, *GRUPO III – Ser Dirigente Associativo*, pretendia-se explorar e refletir sobre:

- a) as motivações que levam os/as jovens a participarem como membros em associações;
- b) a diversidade das práticas associativas, incluindo tipologias de associações, domínios de atuação, áreas de interesse e principais atividades desenvolvidas no âmbito da participação na associação;
- c) o envolvimento associativo dos jovens em função da intensidade (frequência) e duração (continuidade no tempo) identificando, por exemplo, o tempo dedicado à associação e suas atividades;
- d) a forma como os conceitos de cidadania, democracia, civismo, cultura, comunidade e associativismo são apropriados por jovens que pertencem a associações juvenis;

- e) o impacto do associativismo nas pessoas jovens associadas – desenvolvimento de competências – e na comunidade – desenvolvimento local.

A. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

A.1. NOTA TEÓRICA

O envolvimento associativo enquadra-se numa perspetiva de participação que compreende “todas as oportunidades e espaços onde os jovens têm influência” (Bacalso, 2016: 2), podendo tomar formas convencionais ou não convencionais. Aspectos como a voz, a transparência ou a partilha de poder são aspetos que, entre outros, concorrem para que a participação tenha qualidade e um propósito: “participação tem um propósito quando está ligada com decisões que têm um impacto significativo sobre a vida dos jovens” (Bell et al., 2008: 65).

Num contexto em que estamos perante diversas formas de participação cívica e política, quer estas sejam mais em torno de causa, quer sejam formas de resistência a modelos mais convencionais, hierárquicos e retratadas como radicalmente não políticas (Binder et al., 2021), e apesar da narrativa de que os jovens têm níveis de participação baixos, o contexto associativo representa um espaço significativo para tornar mais audível aquelas que são as agendas jovens.

A literatura tem tornado evidente o impacto do envolvimento associativo no capital social de jovens decorrente de processos de socialização, na medida em que têm oportunidade de adquirir competências e desempenhar papéis diversificados, bem como desenvolver redes sociais das quais podem beneficiar (Cicognani et al., 2012). Numa dimensão de desenvolvimento social, a participação das pessoas jovens tem sido apontada como fundamental para sustentar o futuro das democracias e a regeneração política (Pickard & Bessant, 2018).

Assim, quando olhado numa perspetiva mais ampla, ao associativismo pode ser reconhecido um papel de aprendizagem para a democracia e, nesse alinhamento, de contributo para a sua própria consolidação (Viegas, 2004; Ferreira, 2008). Neste caso, seria relevante o questionamento que Ferreira faz: “Mas de que forma as associações exercem essas funções de socialização? De que modo as atitudes, as capacidades e os desempenhos dos seus membros contribuem para o bom funcionamento democrático

da sociedade?” (Ferreira, 2008: 109). Esta discussão é igualmente acompanhada de aspetos mais críticos sobre o constrangimento que emergem da própria estrutura associativa, mas também do próprio entendimento sobre democracia (Viegas, 2004; Fung, 2003).

Tem sido reconhecido ao associativismo o poder de atuar em prol da democracia através da ativação de diferentes dinâmicas. Archon Fung (2003) explicita – o valor próprio do associativismo; promoção de virtudes cívicas e educação para competências políticas; resistência ao poder, qualidade e equidade na representação, promoção da deliberação pública, criação de oportunidades de participação na governança de pessoas comuns.

Neste contexto, melhor compreender as perspetivas das lideranças jovens – jovens enquanto dirigentes associativos – é fundamental, na medida em que se reconhece o potencial que este papel pode desempenhar na mudança social. A experiência de liderança jovem tem sido apreciada como um fator de desenvolvimento positivo, através da aprendizagem de gestão, resolução de problemas, tomadas de decisão, entre outras.

A.2. NOTA METODOLÓGICA

Como referido, os resultados contidos neste documento decorrem da análise de dados recolhidos no âmbito de uma investigação sobre o impacto do associativismo juvenil e liderança associativa de jovens portugueses/as.

O estudo foi realizado a nível nacional procurando abranger um conjunto diversificado de associações distribuídas geograficamente. Uma primeira componente do estudo diz respeito à experiência associativa de jovens enquanto membros, procurando aferir o impacto em termos individuais, organizacionais e comunitários. Uma segunda componente dedica-se a estudar a experiência de dirigentes associativos, reconhecendo-se a sua especificidade. Os detalhes metodológicos que aqui se descrevem dizem respeito a este segundo momento.

A.2.1. PARTICIPANTES

Responderam a este questionário 94 dirigentes associativos. Nestes, verifica-se uma distribuição relativamente equitativa entre os dirigentes (46.6%) e as dirigentes (53.4%), embora sejam mais as mulheres a assumir esta função. Em termos de idade dos/as participantes, constata-se que 39.8% estão entre os 18-23 anos e, na faixa etária dos 24 aos 30 anos de idade, encontram-se 29.5%. De referir ainda que, cerca de 30% dos/as dirigentes têm mais de 30 anos de idade (29.5%), sendo que, entre estes/as, aproximadamente 20% têm mais de 35 anos (19.3%).

A.2.2. INSTRUMENTOS

Recorrendo a uma revisão sistemática da literatura sobre o tema, elaborou-se um questionário – *“Dirigentes Associativos/as: Indicadores e Evidências de Impacto do Associativismo Juvenil”* – cuja estrutura se divide em 3 grupos principais.

O Grupo I designado por *“Caraterização da Associação”*, composto por 18 questões, visa a recolha de variáveis sociodemográficas relativamente ao dirigente e à associação que o mesmo dirige.

Neste sentido, neste grupo é apresentado um conjunto de questões, maioritariamente em formato de escolha múltipla, que envolvem dimensões de carácter geral da associação juvenil e seus dirigentes, nomeadamente, questões relacionadas com o espaço físico, mapeamento geográfico, âmbito territorial de ação da associação, o mapeamento temporal das associações (por exemplo, o tempo de existência da associação juvenil e o tempo de participação dos/as jovens dirigentes na associação juvenil) e a natureza/tipo e dimensão da associação (que versa sobretudo sobre a caraterização dos membros da associação juvenil em número, faixa etária e condições de admissão).

Além disso, incluem-se também dimensões de carácter específico das associações juvenis e de dirigentes associativos, tais como os domínios de atuação da associação (e outros domínios de atuação a explorar identificados pelos/as dirigentes associativos), as

principais atividades da associação, as atividades de participação do/a jovem dirigente, o tempo de dedicação do/a jovem dirigente às atividades, outras atividades a explorar (identificadas pelo/a jovem dirigente), o público-alvo da associação, as entidades parceiras da associação e as entidades financiadoras da associação.

O Grupo II – “Ações” – procura identificar e caracterizar as ações mais representativas do trabalho desenvolvido por cada associação juvenil.

Para isso, apresenta um conjunto de questões (variável em número de acordo com o número de ações desenvolvidas por cada associação, sendo no mínimo solicitada ao/a jovem dirigente a referência a uma ação e no máximo a identificação das 5 ações mais representativas), em formato de escolha múltipla e resposta aberta.

Para caracterizar cada ação, o/a dirigente deverá identificar: (1) o nome da ação, (2) o público-alvo da ação, (3) os principais domínios de atuação da ação (num máximo de 3 opções), (4) o âmbito territorial da ação, (5) o período de execução da ação (i.e., tempo de implementação e calendário/altura do ano em que decorre a ação), (6) as entidades parceiras da ação, (7) as entidades promotoras da ação, e (8) os meios de divulgação da ação (por exemplo, digital).

O Grupo III – “*Ser dirigente associativo/a*” pretende caracterizar o papel de dirigente associativo bem como compreender de forma aprofundada o que significa ser dirigente associativo, segundo a perspetiva dos próprios, com 14 questões de resposta aberta. Deste modo, o objetivo é dar voz a dirigentes associativos, aos seus desejos, preocupações, medos, motivações e dificuldades/desafios.

Também os efeitos da pandemia na associação juvenil e no seu papel de dirigente associativo foram alvo de exploração.

A.2.3. PROCEDIMENTOS

O questionário foi introduzido numa plataforma online (*Google Forms*) e o respetivo link (<https://forms.gle/2SuZGF3FnNG2SB4S6>) enviado, pela FNAJ, às diferentes associações, através de contacto por email, telefone e redes sociais da FNAJ.

Depois de terminado o prazo definido para preenchimento, as respostas às perguntas de natureza quantitativa (i.e., escolha múltipla) foram transferidas da plataforma online para uma base de dados SPSS e a sua análise foi essencialmente descritiva. As perguntas de natureza qualitativa foram analisadas de acordo com os procedimentos de análise de conteúdo.

A.2.4. APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados serão apresentados de acordo com três grandes grupos: (1) um retrato geral das associações, (2) um retrato específico das associações e suas ações e (3) um retrato sobre a liderança juvenil em Portugal e seu impacto. De forma a facilitar a leitura dos dados, sempre que possível iremos recorrer a tabelas e gráficos/figuras acompanhados de breves notas explicativas.

B. RETRATO GERAL DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Nesta secção será apresentada uma caracterização sociodemográfica das associações que participaram no estudo (e seus dirigentes), focando-nos (1) numa caracterização da associação que envolve a descrição do espaço físico, o mapeamento geográfico (quanto ao município e ao distrito) e âmbito territorial da ação da associação; (2) um mapeamento temporal da associação que inclui o tempo de existência da associação bem como o tempo de participação do dirigente associativo na associação; e (3) uma caracterização da natureza/tipo da associação e número de associados/as que compõem a associação.

B.1. ESPAÇO FÍSICO, MAPEAMENTO GEOGRÁFICO E ÂMBITO TERRITORIAL DE AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

B.1.1. ESPAÇO FÍSICO/SEDE E SUAS CONDIÇÕES

Uma das características mais importantes de uma associação é o seu espaço físico, ou seja, a possibilidade de existência de uma sede própria com condições e espaço para a realização das atividades propostas, reuniões, convívios e o desenvolvimento das suas ações. É também o local por excelência de encontro de associados/as, favorecendo, por isso, a coesão do grupo e o sentimento de pertença.

Das 94 associações que participaram no estudo, 71 dispõem de um espaço físico (75.5%), em contraposição com 23 que não têm representação física (24.5%) (cf. Tabela 1).

Tabela 1.

Existência de Espaço Físico/Sede da Associação

	Sim	Não
Número	71	23
Porcentagem	75.5%	24.5%

Uma associação (juvenil) compreende em si a especificidade dos contextos geográficos, culturais, económicos e sociais, onde se situa o seu espaço físico. Para além da existência de um espaço físico, o trabalho desenvolvido pela associação, a motivação de seus associados bem como o impacto das atividades desenvolvidas dependem, em larga medida, das condições desse mesmo espaço. De facto, os recursos disponibilizados são fundamentais para o processo de mobilização coletiva.

Nesse sentido, não só era relevante perceber as condições dos espaços, bem como conseguir identificar as principais mudanças necessárias a implementar no sentido da sua melhoria. Como se pode verificar na Tabela 2, **a grande maioria dos dirigentes (N = 62; 66%) considera que o espaço físico da associação está em boas condições.**

Tabela 2.

Espaço Físico/Sede da Associação em Boas Condições

	Sim	Não
Número	62	15
Percentagem	66%	16%

Relativamente às condições do espaço físico da sede que os/as dirigentes associativos sugerem mudar as respostas apontam para os seguintes aspetos:

- 1) condições sanitárias, higiénicas, limpeza e água potável;
- 2) ampliação do espaço/dimensões e criação de infraestruturas (e.g., sala de reuniões, bar);
- 3) instalações próprias (que no fundo, refletem a resposta à questão anterior, isto é, dizem respeito à necessidade da associação de ter uma sede e um espaço próprio);
- 4) obras de diferente natureza, como obras de restauro, conservação e reabilitação, que incluem obras nos telhados, janelas, soalho, paredes, tetos, portas e caixilharia;
- 5) mobiliário e sua aquisição, como cadeiras e mesas;

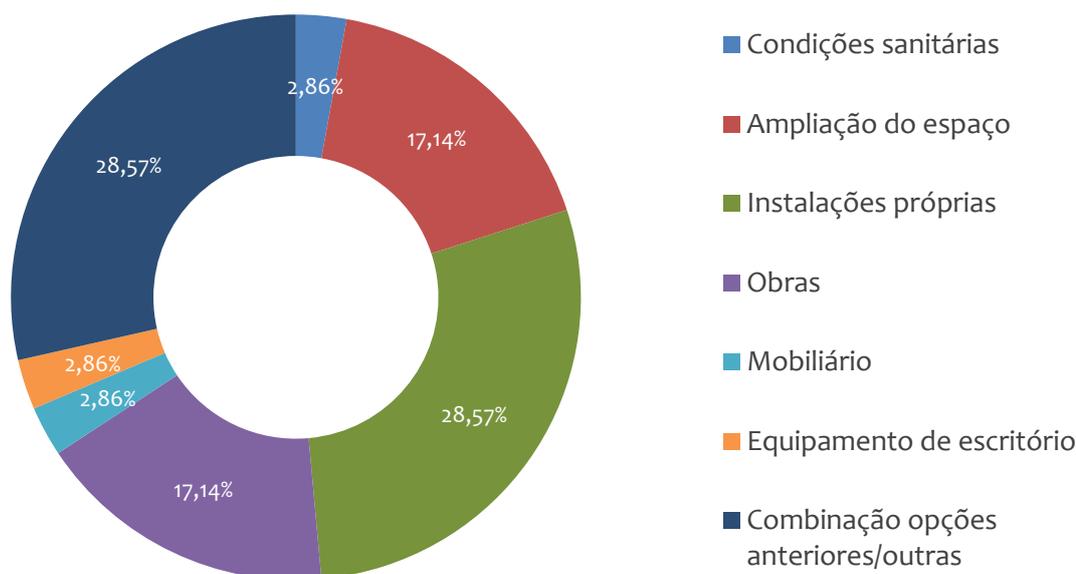
- 6) equipamento de escritório e arrumação;
- 7) combinação das opções anteriores ou outras. Relativamente à categoria outras, incluiu ainda respostas relacionadas com as condições do sistema de iluminação, do sistema de ventilação, do isolamento (isolamento térmico, isolamento para infiltrações), equipamentos eletrónicos (e.g., computadores) e acessibilidades.

Dos 94 dirigentes, 35 dirigentes (37.3%) identificaram mudanças a implementar nas condições do espaço físico da associação.

A **mudança prioritária** identificada pelos dirigentes associativos dos quais foram obtidas respostas prende-se com a subsecção anterior, ou seja, a **necessidade de instalações próprias** (N = 10; 10.6%) e com a combinação de várias mudanças (N = 10; 10.6%; por exemplo, um dirigente referiu “Precisamos de água potável, de resolver infiltrações e de melhorar as infraestruturas para ensaios e arrumação”, enquanto outro, por exemplo, mencionou “ampliação de espaço, janelas e portas para corte térmico, casas de banho, acessibilidades”). Segue-se de perto a ampliação do espaço (N = 6; 6.4%) bem como a necessidade de realização de obras (N = 6; 6.4%).

Figura 1.

Tipologia de Mudanças Necessárias no Espaço Físico/Sede da Associação (distribuição em percentagem).



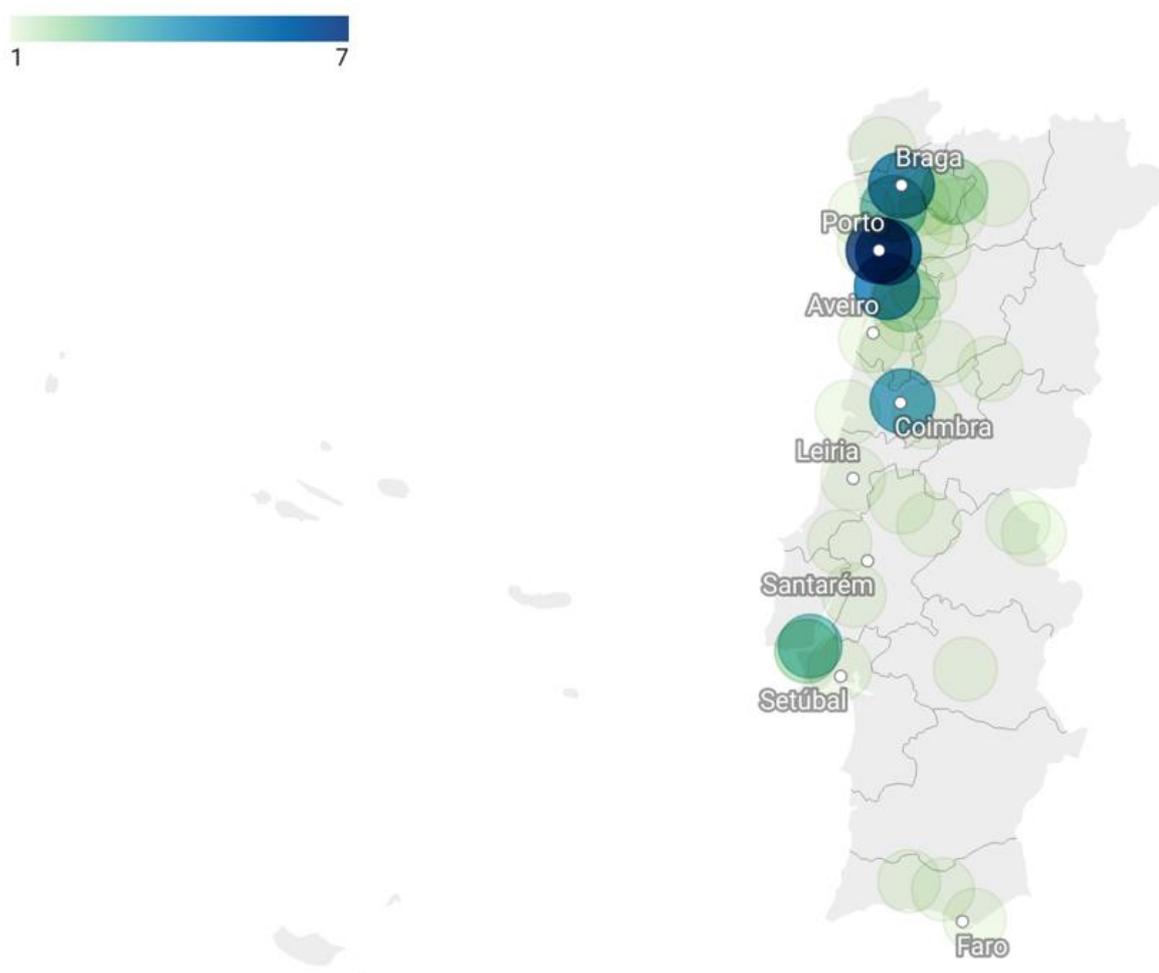
Para uma melhor visualização dos resultados e distribuição das respostas (em percentagem) dos que efetivamente identificaram mudanças necessárias no espaço físico/sede das associações, é apresentada, acima, a Figura 1.

B.1.2. MAPEAMENTO GEOGRÁFICO: MUNICÍPIO

Portugal tem 308 municípios, 278 no continente, 11 na Madeira e 19 nos Açores. Neste estudo, **participaram associações localizadas em 44 municípios portugueses**, sendo que, desses, 43 associações situam-se em Portugal continental e uma associação no arquipélago da Madeira (cf. figura 2).

Figura 2.

Representação Geográfica das Associações Juvenis por Município



Da análise por município pode-se verificar que **as associações participantes se situam maioritariamente na região norte do país** (60 associações; 64.2%), ainda que tenhamos associações representativas de todas as 5 regiões definidas pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

O município representado com mais associações participantes é o município do Porto (7 associações, 7.4%), seguido de muito perto também a norte, pelos municípios de Gondomar (6 associações, 6.4%), Braga (5 associações, 5.3%) e Santa Maria da Feira (5 associações, 5.3%).

B.1.3. MAPEAMENTO GEOGRÁFICO: DISTRITO

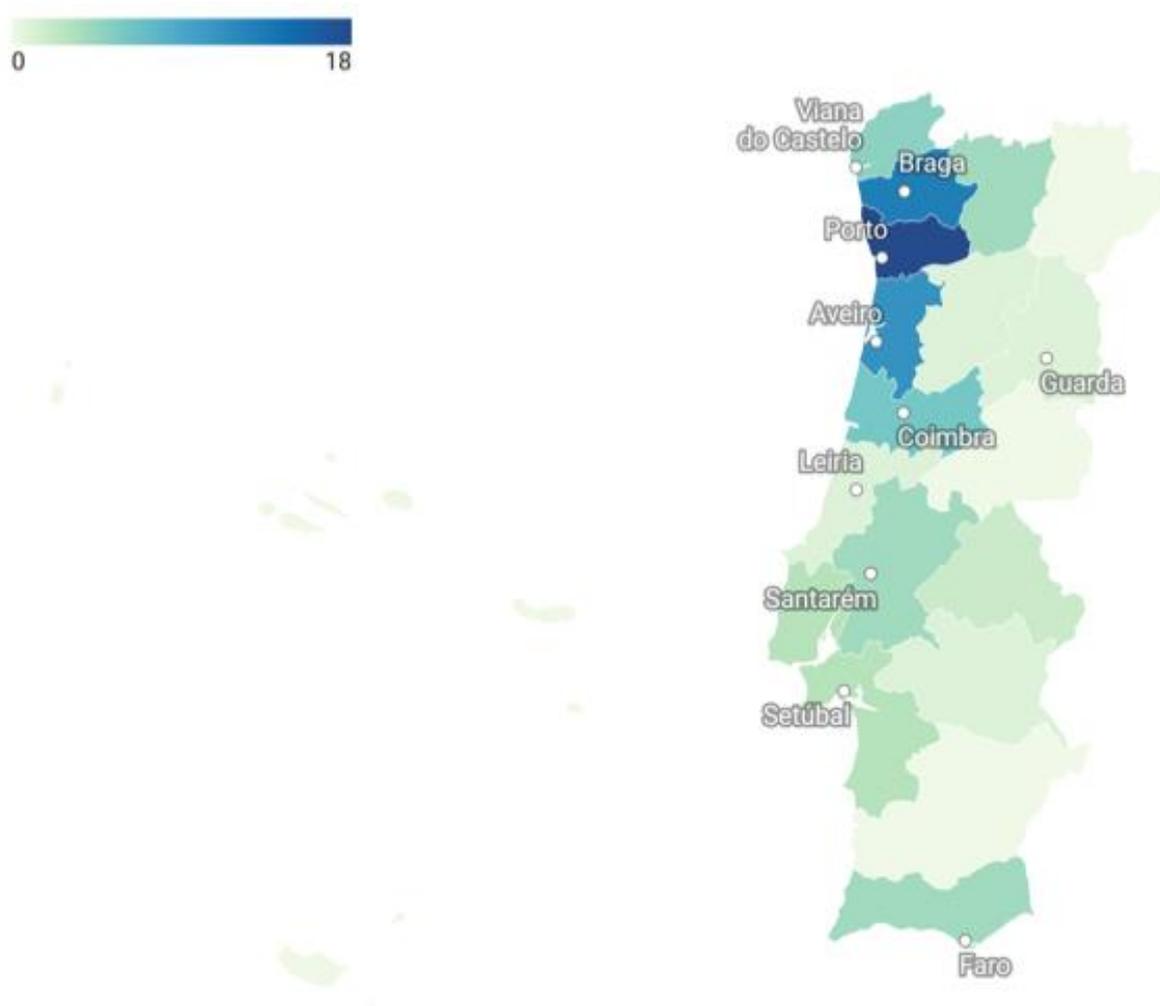
Uma análise geográfica dos participantes no estudo por distrito (cf. Figura 3) indica, mais uma vez, que **é na região Norte (Porto, Braga, Viana do Castelo e Vila Real), onde se situa o maior número de associações participantes**, com quase metade das associações que participaram no estudo (N = 40 associações, 42.5%), nomeadamente, no Porto (N = 18, 19.1%) e Braga (N = 13, 13.8%).

Também o distrito de Aveiro, na região centro, tem um número elevado de associações participantes no estudo (N = 11, 11.7%). Por outro lado, os distritos da Guarda, Leiria e Viseu, na região centro, e o distrito de Évora, na região do Alentejo, estão representados por apenas uma associação (1.1%). Representado ainda com apenas uma associação está a Região Autónoma da Madeira (N = 1, 1.1%).

À semelhança do que aconteceu relativamente aos municípios nos quais se localizam as associações, é importante referir que também relativamente aos distritos, uma das associações tem representação em dois distritos: Lisboa e Porto (1.1%).

Figura 3.

Representação Geográfica das Associações Juvenis por Distrito



B.1.4. ÂMBITO TERRITORIAL DE ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

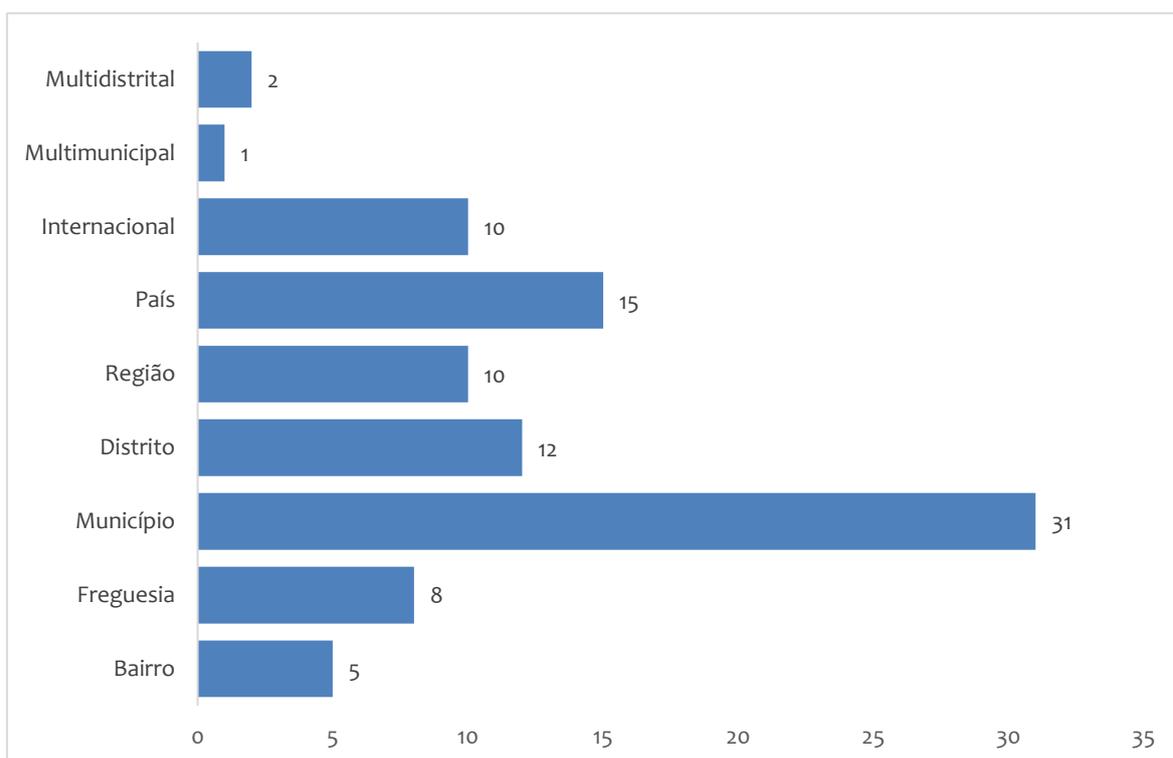
Neste estudo procurou-se identificar o âmbito territorial de atuação das associações juvenis, segundo 7 categorias/opções de resposta: (1) bairro ou equivalente, (2) freguesia, (3) município, (4) distrito, (5) região, (6), e (7) internacional.

À posteriori, na sequência de três respostas que não podiam ser integradas nas categorias previamente definidas, houve a necessidade de acrescentar mais duas

categorias: (8) multimunicipal (âmbito de atuação em dois ou mais municípios) e (9) multidistrital (âmbito de atuação em dois ou mais distritos).

Figura 4.

Âmbito territorial de atuação das associações juvenis (distribuição por frequência)



Como se pode observar na Figura 4, **a grande maioria das associações tem no município o seu âmbito territorial de atuação (N = 31, 33.0%), seguidos, em ordem decrescente, pelo país/âmbito nacional (N = 15, 16.0%), distrito (N = 12, 12.8%), e depois, em igual número, pela região (N = 10, 10.6%) e âmbito de atuação internacional (N = 10, 10.6%).**

Nas restantes situações o âmbito territorial de atuação circunscreve-se à freguesia ou ao bairro e equivalente. As demais, relativas às categorias multidistrital ou multimunicipal, são residuais.

B.2. MAPEAMENTO TEMPORAL DAS ASSOCIAÇÕES

Um dos argumentos a favor do efeito benéfico das associações sustenta que a ação associativa ao longo do tempo provocaria mudanças, como o desenvolvimento de capacidades e competências no indivíduo. Como tal, um ponto que necessita de ser ponderado tem a ver com a relação entre o envolvimento associativo, quer em intensidade (frequência) quer em duração (continuidade no tempo), e as práticas e atitudes dos seus membros/associados em relação a diferentes aspetos da vida social, política, cultural, cívica, etc. Ora, partindo deste argumento deduz-se que o impacto do associativismo juvenil, de resto objetivo principal deste estudo, só pode ser compreendido na sua totalidade quando consideradas as dimensões temporais do associativismo, através de um mapeamento temporal, que inclui as dimensões de tempo de existência da associação, por um lado, e por outro lado, de tempo de participação do/a jovem na vida da associação.

B.2.1. TEMPO DE EXISTÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO

Conhecer uma associação, a sua história e compreender o seu impacto implica que saibamos quando foi fundada e o seu tempo de existência (formal). A título de exemplo, sucede, muitas vezes, que, sobretudo nos primeiros tempos de existência das associações, devido ao reduzido número de sócios, as mesmas não dispõem ainda de receitas suficientes para custear uma sede própria e autónoma, acabando por funcionar como sede das mesmas o domicílio de um dos sócios fundadores ou outro local análogo.

Quanto ao tempo de existência da associação (cf. Tabela 3), a amostra em estudo divide-se, de um modo geral, em **dois grandes grupos, por um lado, as associações “mais jovens”, com tempo de existência menor do que dez anos** (N = 41, 43.7%) e, por outro lado, as **associações “mais velhas”, com tempo de existência entre os 20 e os 40 anos** (N = 23, 24.5%). Entre 10 e 20 anos de existência estão algumas associações, ainda que em menor número (N = 14, 14.9%). Apenas 9 associações têm longa existência, isto é,

existem por um período entre 40 e 50 anos ou têm mais de 50 anos de existência (N = 9, 9.6%).

Tabela 3.

Tempo de Existência da Associação Juvenil

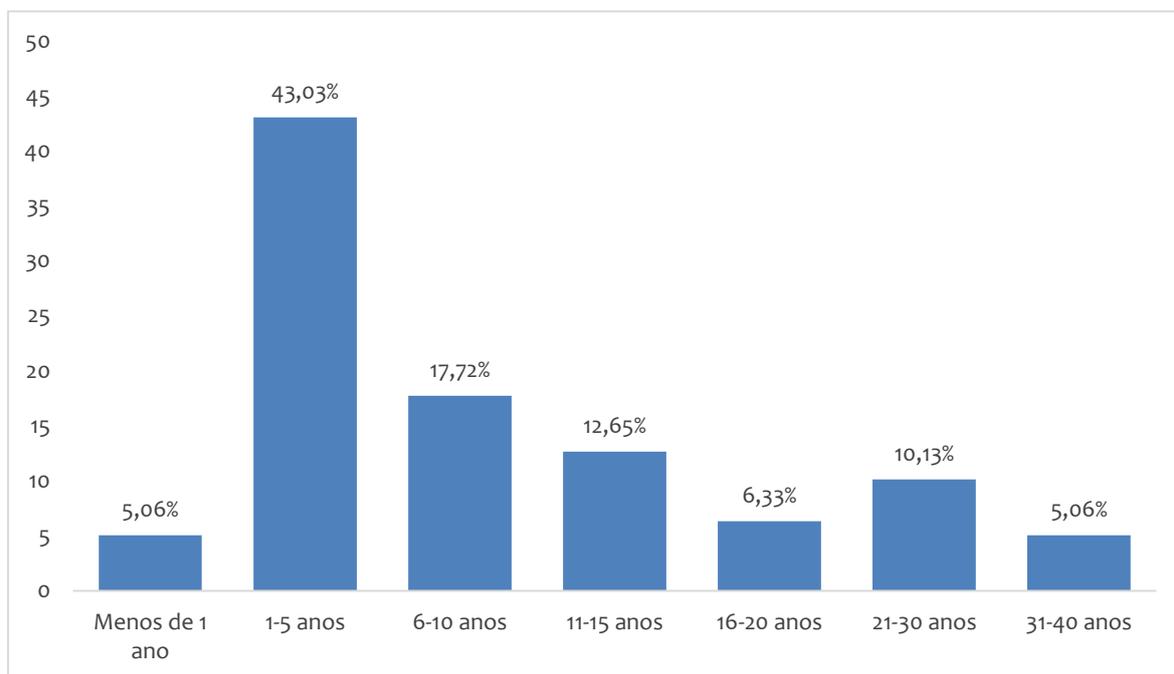
Tempo	N	(%)
Menos de 1 ano	1	1.1%
1-5 anos	23	24.5%
6-10 anos	17	18.1%
11-15 anos	6	6.4%
16-20 anos	8	8.5%
21-30 anos	11	11.7%
31-40 anos	12	12.8%
41-50 anos	4	4.3%
Mais de 50 anos	5	5.3%

B.2.2. TEMPO DE PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO: OS DIRIGENTES

Relativamente ao tempo de participação na associação (cf. Figura 5), **a grande maioria dos dirigentes associativos participa na associação há menos de 5 anos, ou seja, por um período entre 1 e 5 anos (N = 43.03%)**. Por outro lado, **mais de 30% participam na associação por um período entre 6 e 15 anos (30.37%)**. Por um período superior a 15 anos encontramos 21.52% de participantes. Em sentido oposto, cerca de 5% dos/as dirigentes exercem funções de liderança associativa há menos de um ano.

Figura 5.

Tempo de Participação na Associação (distribuição em percentagem)



B.3. NATUREZA/TIPO E DIMENSÃO DA ASSOCIAÇÃO

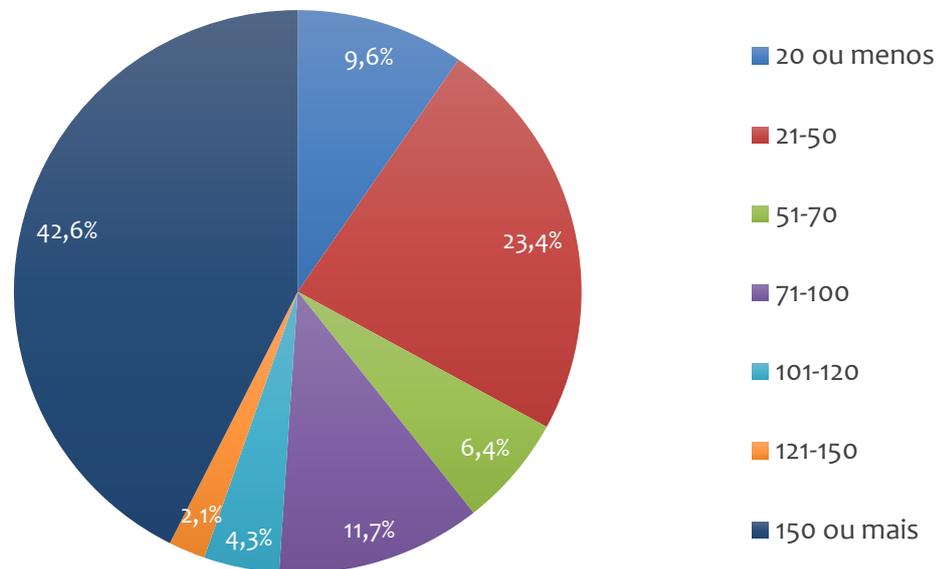
Para conhecer uma associação e estudar o seu impacto é fundamental saber quem são os seus associados e a sua dimensão. Nesta secção, serão apresentadas dimensões que caracterizam as associações e que dizem respeito aos seus membros/associados, nomeadamente, (1) o número de associados, (2) a faixa etária dos associados e (3) quem pode fazer da associação/quem pode ser associado.

B.3.1. NÚMERO DE ASSOCIADOS

Como se observa na Figura 6, a maioria das associações pode ser considerada de grande dimensão uma vez que tem mais de 150 associados (N = 40, 42.6%). Logo a seguir, no intervalo entre 20 e 50 associados estão 22 associações (23.4%) e no intervalo entre 70 e 100 associados estão 11 associações (11.7%).

Figura 6.

Número de Associados (distribuição em percentagem)

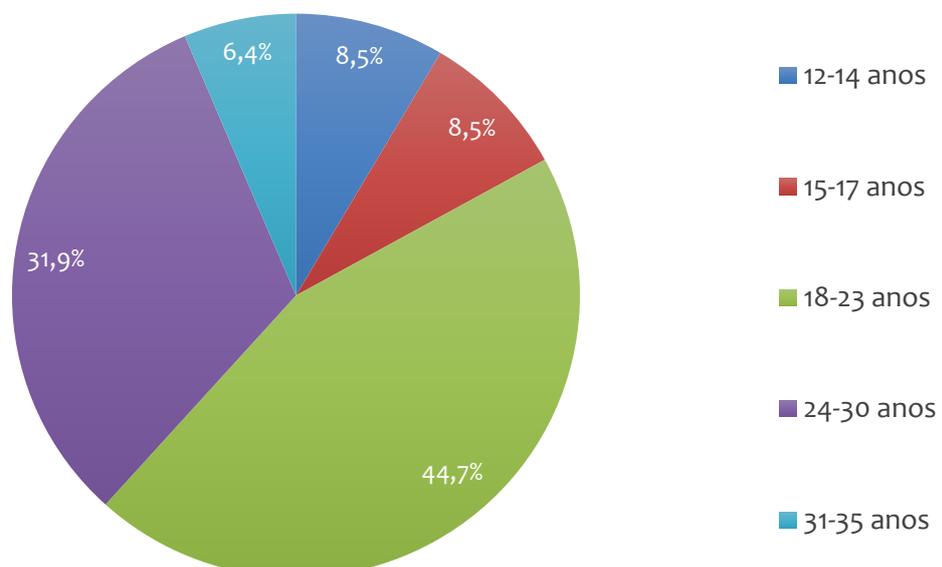


B.3.2. FAIXA ETÁRIA DOS ASSOCIADOS

Relativamente à faixa etária (cf. Figura 7), **quase metade dos/as associados/as têm entre 18 e 23 anos** (N = 42, 44.7%). Trinta associados têm entre 24 e 30 anos (31.9%).

Figura 7.

Faixa Etária dos Associados (distribuição em percentagem)



Dezasseis associados têm 17 anos ou menos (17%) e, por seu turno, o grupo etário menos representado, é o que corresponde ao intervalo entre 31 e 35 anos (6%).

B.3.3. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

A esta questão, os jovens podiam responder segundo duas opções de resposta/categorias: (1) todos/as e (2) apenas associados/as em determinadas condições. No entanto, foi dado aos respondentes a opção de acrescentar respostas, pelo que houve a necessidade de criar posteriormente duas novas categorias: (3) estudantes e (4) jovens (cf. Tabela 4).

Cerca de 50% das associações permite que todos/as possam integrá-las (N = 49, 52.1%), em oposição a 31 associações (33.0%) nas quais só pessoas em determinadas situações podem fazer parte (33.0%). Alguns dirigentes associativos especificaram que só estudantes podiam fazer parte das suas associações (N = 13, 13.8%).

Tabela 4.

Condições de Admissão para Integrar a Associação

	Todos/as	Apenas associados/as	Estudantes	Jovens
Número	49	31	13	1
Percentagem	52.1%	33.0%	13.8%	1.1%

C. RETRATO ESPECÍFICO DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS E SUAS AÇÕES

Esta secção divide-se em duas partes: na primeira parte (Parte 1: Associações) será apresentado um retrato específico das associações no que se refere aos seus domínios de atuação, as suas principais atividades, o seu público-alvo, entidades parceiras e entidades financiadoras; na segunda parte (Parte 2: Ações) continuaremos com o retrato específico das associações mas neste caso serão apresentadas as cinco ações mais representativas de cada associação e posteriormente será apresentada uma caracterização de cada uma dessas ações, nomeadamente, o público-alvo de cada ação, o domínio de atuação de cada ação, o âmbito territorial de cada ação, o tempo de implementação de cada ação, o calendário de cada ação, as entidades parceiras de cada ação, as entidades promotoras de cada ação e o meio de divulgação de cada ação.

C.1. PARTE 1: ASSOCIAÇÕES

C.1.1. DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Tendo por referência as orientações atuais que emanam das políticas regionais, nacionais e europeias para a Juventude e com base numa extensa revisão de literatura sobre associativismo e lideranças juvenis foram definidos 27 domínios de atuação ou áreas estratégicas (categorias) para as associações com ação específica no domínio da juventude: (1) Acessibilidade e Transportes; (2) Ambiente, Sustentabilidade e Clima; (3) Arte, Criatividade e Cultura; (4) Cidadania; (5) Ciência/Tecnologia/Conhecimento; (6) Comunicação/Informação; (7) Cooperação; (8) Desenvolvimento Vocacional e Pessoal; (9) Desporto/Modalidade Desportiva; (10) Direitos e Proteção dos Animais; (11) Direitos Humanos; (12) Educação, Formação e Promoção da Leitura; (13) Empreendedorismo, Inovação e Emprego; (14) Habitação; (15) Inclusão Social; (16) Intergeneracionalidade; (17) Migrações; (18) Mobilidade Juvenil e Intercâmbios (e.g., Programa Erasmus); (19) Participação Cívica; (20) Património e Herança Cultural; (21) Política; (22) Promoção do

Sucesso Escolar; (23) Lazer/Tempos Livres/Animação; (24) Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco; (25) Solidariedade Social; (26) Tecnologias, Competências Digitais e Infraestruturas; e (27) Voluntariado.

Relativamente aos domínios de atuação de cada associação, foi pedido aos dirigentes que indicassem os domínios (até um máximo de três) que melhor representavam a associação, entre os 27 domínios apresentados (cf. Tabela 5).

Tabela 5.

Domínios de Atuação da Associação Juvenil

Domínios	N	(%)
Arte, criatividade e cultura	41	43.6%
Lazer/tempos livres/animação	33	35.1%
Desporto/Modalidade desportiva	29	30.9%
Educação, formação e promoção da leitura	20	21.3%
Voluntariado	16	17.0%
Ambiente, sustentabilidade e clima	14	14.9%
Inclusão social	14	14.9%
Empreendedorismo, inovação e emprego	11	11.7%
Desenvolvimento vocacional e pessoal	10	10.6%
Ciência/Tecnologia/Conhecimento	9	9.6%
Direitos humanos	8	8.5%
Mobilidade juvenil e intercâmbios	8	8.5%
Património e herança cultural	8	8.5%

Participação cívica	7	7.4%
Cidadania	6	6.4%
Promoção do sucesso escolar	6	6.4%
Saúde e prevenção de comportamentos de risco	6	6.4%
Solidariedade social	6	6.4%
Cooperação	3	3.2%
Intergeracionalidade	3	3.2%
Política	2	2.1%
Tecnologias, competências digitais e infraestruturas	2	2.1%
Comunicação/Informação	1	1.1%
Migrações	1	1.1%
Acessibilidade e transportes	0	0%
Direitos e proteção dos animais	0	0%
Habitação	0	0%

Como se pode ver na Tabela 5, **o domínio de atuação mais frequente é o da “arte, criatividade e cultura” que representa quase metade do âmbito de atuação das associações (N = 41, 43.6%), seguido do domínio “lazer, tempos livres e animação” (N = 33, 35.1%) e do domínio “desporto” também com elevada representação (N = 29, 30.9%).**

Entre os restantes domínios é de salientar o da “educação, formação e promoção da leitura” (N = 20, 21.3%) sendo que todos os outros se situam abaixo dos 20%.

De realçar ainda que os domínios de atuação **“acessibilidade e transportes”, “direitos e proteção dos animais” e “habitação” não foram selecionados por nenhum respondente.**

Após esta análise e interpretação dos dados foi possível reagrupar os 27 domínios iniciais em 15 domínios principais (cf. Tabela 6).

Tabela 6.

Categorização em Domínios e Subdomínios de Atuação

Domínios	Subdomínios
Educação e Formação	Desenvolvimento Vocacional e Pessoal; Educação, Formação e Promoção da Leitura; Promoção do Sucesso Escolar
Cultura, património e lazer	Arte, Criatividade e Cultura; Património e Herança Cultural; Lazer, Tempos Livres, Animação
Desporto	Desporto; Modalidade Desportiva
Participação cívica, política e voluntariado	Participação Cívica; Política; Voluntariado
Cidadania Global	Cidadania; Direitos Humanos
Inclusão Social e solidariedade social	Cooperação; Solidariedade Social; Inclusão Social;
Empreendedorismo, Emprego e Inovação	Empreendedorismo, Inovação e Emprego; Tecnologias, Competências Digitais e Infraestruturas
Ambiente	Ambiente, Sustentabilidade e Clima; Direitos e Proteção dos Animais
Habitação	Habitação
Acessibilidade e Transportes	Acessibilidade e Transportes

Saúde e Prevenção Comportamentos Risco	Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco
Mobilidade juvenil e intercâmbios	Mobilidade Juvenil e Intercâmbios (e.g., Programa Erasmus)
Migrações	Migrações
Ciência e Tecnologia e conhecimento	Ciência/Tecnologia/Conhecimento
Outro	Comunicação, Informação; Intergeneracionalidade

Após o agrupamento de categorias, como se pode verificar na Tabela 7, **o domínio relacionado com as atividades artísticas, património e herança cultural - “cultura, património e lazer” - é o domínio com maior representatividade** (N = 82, 87.2%), com destaque evidente em relação aos demais domínios. **Seguem-se, por ordem decrescente, os domínios “educação e formação”** (N = 36, 38.3%), **“desporto”** (N = 29, 30.9%), **“participação cívica, política e voluntariado”** (N = 25, 26.5%), e **“inclusão social, cooperação e solidariedade social”** (N = 23, 24.5%).

Por outro lado, parecem ser âmbito de atuação apenas específico de algumas associações, já que aparecem em número reduzido, os domínios “ciência, tecnologia e conhecimento” (N = 9, 9.6%), “mobilidade” (N = 8, 8.5%) e “saúde e prevenção de comportamentos de risco” (N = 6, 6.4%).

Como seria expectável, tendo em conta os resultados anteriormente apresentados, os domínios “habitação” e “acessibilidade e transportes” não são reportados pelos/as participantes.

Tabela 7.

Domínios de Atuação (Agrupados) da Associação Juvenil

Domínios	N	(%)
Cultura, Património e Lazer	82	87.2%
Educação e Formação	36	38.3%
Desporto	29	30.9%
Participação Cívica, Política e Voluntariado	25	26.5%
Inclusão social	23	24.5%
Cidadania Global	14	14.9%
Ambiente	14	14.9%
Empreendedorismo, Emprego e Inovação	13	13.8%
Ciência, Tecnologia e Conhecimento	9	9.6%
Mobilidade	8	8.5%
Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco	6	6.4%
Migrações	1	1.1%
Habitação	0	0%
Acessibilidade e Transportes	0	0%
Outro	4	4.3%

C.1.2. OUTROS DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO A EXPLORAR

Para além dos domínios de atuação identificados pelos/as jovens dirigentes na subsecção anterior (i.e., os domínios de atuação que já fazem parte do eixo de atuação

das associações), era também relevante conhecer a perspectiva de jovens dirigentes relativamente à necessidade de expandir os eixos de atuação das associações que dirigem para além das que acontecem no presente.

Pretendia-se, assim, obter um retrato sobre a visão global dos/as dirigentes sobre a própria etapa de formação/desenvolvimento da associação, e de alguma forma, o grau indireto de satisfação com o alvo e impacto das suas atividades. Será que estes/as jovens dirigentes consideram que a associação se encontra num estágio de crescimento e de maior envolvimento, por exemplo, com a comunidade? Ou estará numa fase de consolidação do trabalho que já tem vindo a desenvolver e por isso mais focada nos objetivos e eixos de atuação que já existiam a priori? No fundo, pretendia-se saber que outros domínios os/as jovens dirigentes gostariam que fizessem parte do âmbito de atuação das associações que dirigem (questão aberta; resultados na Tabela 8).

As respostas a esta questão aberta foram categorizadas utilizando 25 categorias: (1) empreendedorismo, inovação e emprego; (2) desenvolvimento vocacional e pessoal; (3) cooperação; (4) desporto, desporto federado e desporto adaptado; (5) finanças e literacia financeira para jovens; (6) saúde, políticas de saúde e prevenção de comportamentos de risco; (7) academia de artes, cinema e música; (8) formação de jovens/oferta de formação certificada; (9) animação e espetáculo; (10) deficiência, apoio aos jovens portadores de deficiência; (11) políticas de juventude e participação ativa; (12) tecnologias, competências digitais, infraestruturas e multimédia; (13) proteção civil; (14) emancipação feminina; (15) apoio ao estudo e promoção do sucesso escolar; (16) intergeracionalidade; (17) empreendedorismo, inovação e emprego; (18) animais, direitos e proteção animal; (19) ética; (20) comunicação e informação; (21) mobilidade juvenil e intercâmbios; (22) internacionalização; (23) inclusão social, solidariedade social e atividades de âmbito social, sociocultural e intercultural; (24) ambiente, sustentabilidade, clima e responsabilidade corporativa; e (25) voluntariado.

Para além destas, foi criada uma outra categoria para a combinação de várias respostas (26).

Tabela 8.

Outros Domínios de Atuação da Associação Juvenil

Domínios	N	(%)
Inclusão social e solidariedade social	13	13.8%
Combinação de vários domínios	9	9.6%
Mobilidade juvenil e intercâmbios	7	7.4%
Ambiente e sustentabilidade	7	7.4%
Academia de artes, cinema e música	5	5.3%
Desporto, desporto federado e desporto adaptado	4	4.3%
Empreendedorismo, inovação e emprego	3	3.2%
Voluntariado	3	3.2%
Desenvolvimento vocacional e pessoal	2	2.1%
Saúde, políticas de saúde	2	2.1%
Internacionalização	2	2.1%
Empreendedorismo, inovação e emprego	1	1.1%
Cooperação	1	1.1%
Finanças e literacia financeira para jovens	1	1.1%
Formação de jovens	1	1.1%
Animação e espetáculo	1	1.1%
Apoio aos jovens portadores de deficiência	1	1.1%
Políticas de juventude e participação ativa	1	1.1%

Tecnologias e competências digitais	1	1.1%
Proteção civil	1	1.1%
Emancipação feminina	1	1.1%
Apoio ao estudo e promoção do sucesso escolar	1	1.1%
Intergeracionalidade	1	1.1%
Animais, direitos e proteção animal	1	1.1%
Ética	1	1.1%
Comunicação e informação	1	1.1%

No total de 94 dirigentes associativos que participaram no estudo, **72 dirigentes consideram que existem outros domínios de atuação desejáveis** para as associações que dirigem. Em particular, **13 dirigentes consideram desejável que a associação venha a explorar o domínio de atuação de inclusão social e solidariedade social (13.8%)**, seguidos de **9 dirigentes** que consideram importante a expansão dos domínios de atuação para incluir uma **combinação de diferentes novos domínios (9.6%)**.

Por outro lado, a **mobilidade/intercâmbios (7.4%)**, **o ambiente/sustentabilidade (7.4%)** e **as artes, cinema e música (5.3%)** são domínios de atuação com considerável relevância para os dirigentes respondentes. Neste caso particular, quer a mobilidade juvenil, promovida através de programas de intercâmbio, quer as questões relacionadas com as alterações climáticas e o desenvolvimento sustentável refletem temas atuais de preocupação à escala global.

Uma análise adicional da informação disponibilizada na Tabela 9 permite ainda dar conta que foram relatadas uma grande diversidade de outras áreas de atuação, porém todas com valores inferiores a 5%.

C.1.3. PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO

Uma vez mais, com base numa revisão de literatura, foram identificadas 24 atividades possíveis no âmbito de atuação das associações juvenis (que representam as 24 opções de resposta dadas aos jovens): (1) Atividades políticas (e.g., congressos, grupos de discussão, petições, manifestações...); (2) Atividades de estímulo à participação cívica; (3) Atividades artísticas (e.g., oficinas artísticas, escola de pintura, grupos e encontros de teatro, coros e festivais de música...); (4) Atividades de (apoio à) proteção do ambiente; (5) Voluntariado/Intervenção comunitária; (6) Programas de Intercâmbio; (7) Atividades de âmbito cultural e lazer (e.g., cinema, teatro, concertos, festivais, eventos, museus, galerias, exposições); (8) Atividades de bem-estar, saúde e estilo de vida saudável; (9) Atividades desportivas (e.g., programas de promoção do desporto, formação de equipas desportivas, encontros desportivos...); (10) Atividades de desenvolvimento local; (11) Atividades que contribuem para a valorização da identidade cultural e tradicional da região (e.g., estudo e divulgação da etnografia, artesanato, usos e costumes...); (12) Atividades de incentivo à fixação e atração de jovens para a região; (13); Atividades de combate à pobreza e discriminação; (14) Formação e educação (e.g., clubes de leitura, oficinas didáticas, seminários, workshops); (15) Debates, reflexão e pensamento crítico; (16) Ações de informação e campanhas de sensibilização (e.g., sexualidade, direitos humanos, ambiente, estilo de vida saudável, minorias, emigrantes...); (17) Exploração vocacional; (18) Bolsas de promoção de talento; (19) Encontros de jovens locais, regionais e nacionais; (20) Divulgação de informação escrita (newsletter, jornais, artigos...); (21) Divulgação de informação no digital (redes sociais, website, podcast...); (22) Atividades em família; (23) Organização de ações de rua e eventos; e (24) Festivais de verão. De realçar que foi ainda criada uma 25ª categoria – “outras atividades” – para todas aquelas que não podem ser incluídas nas categorias anteriores.

Tendo por matriz esta estrutura, apresenta-se na Tabela 9 os resultados obtidos.

Tabela 9.

Principais Atividades da Associação

Atividades	N	(%)
Atividades artísticas	29	30.9%
Formação e educação	29	30.9%
Cultura e lazer	26	27.7%
Desporto	26	27.7%
Voluntariado	25	26.6%
Organização de ações de rua e eventos	17	18.1%
Participação cívica	14	14.9%
Atividades de bem-estar e estilo de vida saudável	14	14.9%
Programas de intercâmbio	12	12.8%
Ambiente	11	11.7%
Desenvolvimento local	9	9.6%
Atividades de valorização da identidade cultural da região	8	8.5%
Debates, reflexão e pensamento crítico	8	8.5%
Encontros de jovens	6	6.4%
Divulgação de informação digital	6	6.4%
Ações de informação e campanhas de sensibilização	4	4.3%
Atividades em família	4	4.3%

Festivais de verão	4	4.3%
Atividades de incentivo à fixação de jovens	3	3.2%
Atividades de combate à pobreza	3	3.2%
Exploração vocacional	3	3.2%
Divulgação de informação escrita	3	3.2%
Outras atividades	3	3.2%
Política	2	2.1%
Bolsas de promoção de talento	0	0%

As principais atividades desenvolvidas pelas associações (cf. Tabela 10) **prendem-se, na sua maioria, com dois tipos: a arte e atividades artísticas (30.9%) e a formação e educação (30.9%),** que juntas reúnem cerca **de 62% da amostra,** ou seja, segundo os/as dirigentes mais de metade das associações desenvolve essas duas atividades principais nos seus eixos de atuação.

A cultura e lazer (27.78%), o desporto (27.7%) e o voluntariado (26.6%) são também atividades amplamente representadas na atuação das associações participantes neste estudo. Menos representadas, mas igualmente relevantes são as atividades relacionadas com a **organização de ações de rua (18.1%) e a participação cívica (14.9%), os programas de intercâmbio e mobilidade (12.8%),** as atividades dirigidas à **proteção do ambiente e sustentabilidade (11.7%), bem como as de bem-estar e estilo de vida saudável (14.9%).** De realçar que neste último grupo, todas as atividades representam preocupações contemporâneas amplamente discutidas e refletem as particularidades e especificidades do contexto sociohistórico que vivemos.

C.1.4. PARTICIPAÇÃO DO/A JOVEM DIRIGENTE NAS ATIVIDADES

Depois de identificadas as atividades principais desenvolvidas pelas associações na sua generalidade, importava saber as atividades específicas em que o/a jovem dirigente se envolve ativamente no contexto da sua participação na associação, já que poderia ou não existir uma sobreposição entre as mesmas. As opções de resposta apresentadas eram as mesmas da subsecção anterior e, de igual modo, era dada ao/a jovem dirigente a oportunidade de poder escolher até 3 opções de resposta, entre as 24 opções possíveis.

À semelhança da questão anterior, depois de analisadas as respostas, também aqui foi criada uma categoria “outras” para todas as atividades que não se ajustavam às categorias pré-definidas. Na tabela 10 apresentam-se os resultados.

Tabela 10.

Atividades em que o/a Jovem Dirigente Participa

Atividades	N	(%)
Atividades artísticas	31	33%
Formação e educação	27	28.7%
Desporto	26	27.7%
Cultura e lazer	23	24.5%
Voluntariado	20	21.3%
Organização de ações de rua e eventos	19	20.2%
Ambiente	13	13.8%
Programas de intercâmbio	13	13.8%
Participação cívica	11	11.7%

Atividades de bem-estar e estilo de vida saudável	11	11.7%
Desenvolvimento local	9	9.6%
Debates, reflexão e pensamento crítico	7	7.4%
Atividades de valorização da identidade cultural da região	6	6.4%
Ações de informação e campanhas de sensibilização	6	6.4%
Encontros de jovens	6	6.4%
Atividades de incentivo à fixação de jovens	4	4.3%
Divulgação de informação digital	4	4.3%
Exploração vocacional	3	3.2%
Divulgação de informação escrita	3	3.2%
Festivais de verão	3	3.2%
Política	2	2.1%
Atividades de combate à pobreza	2	2.1%
Bolsas de promoção de talento	2	2.1%
Atividades em família	2	2.1%
Outras atividades	4	4.3%

Como se pode observar na Tabela acima, nesta subsecção, apesar de ligeiras diferenças quando comparado com a tabela anterior, encontrou-se um padrão semelhante de resultados.

As **atividades artísticas** (33%), de **formação e educação** (28.7%), **desporto** (27.7%) e **cultura/lazer** (24.5%) são as mais frequentes enquanto domínios de atuação guiados pelos eixos estratégicos das associações juvenis.

C.1.5. TEMPO DE DEDICAÇÃO DO/A JOVEM DIRIGENTE ÀS ATIVIDADES

Conhecer o nível de envolvimento dos/as jovens dirigentes nas atividades desenvolvidas pelas associações pressupõe saber qual o tempo médio (mensal) de dedicação dos mesmos a essas mesmas atividades.

Como se pode constatar na Tabela 11, **aproximadamente metade dos/as jovens dirigentes dedica mensalmente mais de 18 dias às atividades da associação (48.9%)**, seguidos por aqueles que dedicam uma a duas semanas do seu tempo à participação associativa (31.9%). Entre os que dedicam menos tempo encontramos 6 jovens dirigentes que indicam contribuir com 3 ou menos dias mensalmente para a associação (6.4%).

Tabela 11.

Tempo Médio de Dedicção do/a Jovem Dirigente às Atividades da Associação

Tempo	N	(%)
1-3 dias	6	6.4%
4-7 dias	12	12.8%
8-13 dias	22	23.4%
14-18 dias	8	8.5%
Mais de 18 dias	46	48.9%

C.1.6. OUTRAS ATIVIDADES A EXPLORAR (IDENTIFICADAS PELO/A JOVEM DIRIGENTE)

Tal como aconteceu em relação aos domínios de atuação da associação, também em relação às suas atividades principais, interessava compreender e identificar se o/a jovem

dirigente considerava que existiam outras atividades a explorar, ou seja, se de alguma forma, o/a jovem dirigente considerava que era necessário, importante e/ou desejável a expansão das atividades desenvolvidas pela associação. Procurou-se identificar esta necessidade/desejo dos/as jovens dirigentes através de uma questão aberta.

Procedeu-se, à posteriori, à categorização das respostas em 26 categorias: (1) Exploração vocacional, (2) debates, reflexão e pensamento crítico, (3) saúde/atividades de consciencialização política e rastreio à população, (4) desporto, atividades desportivas e desporto adaptado, (5) atividades artísticas variadas, música e teatro, (6) atividades de estímulo à participação cívica, (7) atividades de incentivo à fixação e atração de jovens para a região, (8) atividades de carácter social, promoção da inclusão, ajuda ao próximo, combate à pobreza e discriminação, (9) atividades relacionadas com a identidade de género, (10) atividades de apoio a situações de emergência e catástrofe, (11) atividades de dinamização sociocultural, (12) educação, formação, ensino, workshops e eventos de capacitação, (13) atividades de divulgação (podcast), (14) atividades de expansão da associação e seu impacto; (15) iniciativas intergeracionais, (16) voluntariado, banco solidário, intervenção comunitária e apoio social, (17) organização de ações de rua, eventos e campanhas de sensibilização, (18) encontros de jovens (locais, regionais, nacionais), campos de verão e viagens, (19) bolsas (bolsas de promoção de talento e bolsas de estudo), (20) estímulo ao emprego e criação de postos de trabalho, (21) programas para estrangeiros, (22) promoção do sucesso escolar, (23) deficiência/apoio às pessoas portadoras de deficiência, (24) ambiente, clima, sustentabilidade, educação e intervenção ambiental, (25) animais/defesa e proteção dos animais, (26) mobilidade, intercâmbios e internacionalização, e (27) festivais, espetáculos e programação de espetáculos. A estas categorias foi adicionada mais uma: (31) combinação de várias opções/categorias.

Tabela 12.

Outras Atividades a Explorar (identificadas pelo/a jovem dirigente)

Atividades	N	(%)
Atividades artísticas	9	9.6%
Combinação de várias opções	8	8.5%
Inclusão e combate à pobreza e discriminação	6	6.4%
Voluntariado	6	6.4%
Mobilidade juvenil e intercâmbio	6	6.4%
Educação e formação	5	5.3%
Ambiente e sustentabilidade	5	5.3%
Desporto	4	4.3%
Festivais e espetáculos	4	4.3%
Ações de rua	3	3.2%
Saúde	2	2.1%
Encontros de jovens	2	2.1%
Exploração vocacional	1	1.1%
Debates, reflexão e pensamento crítico	1	1.1%
Participação cívica	1	1.1%
Incentivo à fixação de jovens na região	1	1.1%
Identidade de género	1	1.1%
Apoio a situações de catástrofe e emergência	1	1.1%

Dinamização sociocultural	1	1.1%
Atividades de divulgação (podcast)	1	1.1%
Atividades de expansão da associação	1	1.1%
Iniciativas intergeracionais	1	1.1%
Bolsas	1	1.1%
Estímulo ao emprego	1	1.1%
Programas para estrangeiros	1	1.1%
Promoção sucesso escolar	1	1.1%
Apoio às pessoas portadoras de deficiência	1	1.1%
Defesa e proteção dos animais	1	1.1%

De um modo geral (cf. Tabela 12), existem 8 tipos de atividades que os/as jovens dirigentes consideram que gostavam que a sua associação desenvolvesse, nomeadamente, **atividades artísticas (9.6%), atividades de inclusão e combate à pobreza e discriminação (6.4%), atividades relacionadas com a mobilidade juvenil e o intercâmbio (6.4%), voluntariado (6.4%), educação e formação (5.3%), ambiente e sustentabilidade (5.3%), desporto (4.3%) e festivais e espetáculos (4.3%)**.

Tal como sucedeu anteriormente, nas demais atividades propostas verifica-se bastante diversidade e um nível residual de representatividade.

C.1.7. PÚBLICO-ALVO DA ASSOCIAÇÃO

Uma das questões mais relevantes na análise ao associativismo juvenil e lideranças juvenis, nomeadamente no que diz respeito à caracterização das associações, é o seu público-alvo, ou seja, a quem se destina a associação.

Neste âmbito procurou-se identificar os destinatários prioritários da associação (ex.: quando o âmbito de atuação da associação abrange outras faixas etárias e/ou quando apenas se destina a um grupo específico de jovens – desempregados/as, estudantes do ensino superior, etc.). Ao dirigente foi pedido que respondesse reportando-se aproximadamente, aos últimos 3 anos.

As respostas à questão aberta foram depois categorizadas em 11 categorias: (1) jovens e/ou adolescentes, (2) estudantes, (3) empresas, (4) profissionais, (5) bebés e/ou crianças, (6) adultos, (7) idosos e/ou seniores, (8) famílias, (9) comunidade, (10) pessoas desfavorecidas e/ou em risco, e (11) migrantes e/ou em intercâmbio/mobilidade, internacionais (nacionalidade estrangeira). Deste modo, cada associação pode estar representada em categorias diferentes, ou seja, a sua população-alvo pode ser uma combinação de várias categorias (cf. Tabela 13).

Tabela 13.

Público-alvo da Associação

Público-alvo	N	(%)
Jovens e/ou adolescentes	68	72.3%
Comunidade	20	21.3%
Estudantes	20	21.3%
Bebés e/ou crianças	24	25.5%
Adultos	18	19.1%
Idosos e/ou seniores	15	16.0%
Pessoas desfavorecidas e/ou em risco	4	4.3%
Empresas	1	1.1%
Profissionais	4	4.3%

Famílias	1	1.1%
Migrantes (intercâmbio, nacionalidade estrangeira)	2	2.1%

Como se verifica na tabela 14, **a grande maioria do público-alvo da associação são jovens e/ou adolescentes** (66.0%). Abaixo dos 30% segue-se a **comunidade** (26.6%), **estudantes** (20.2%) e **bebés e/ou crianças** (16.0%).

Todos os restantes públicos-alvo das associações juvenis apresentam valores inferiores a 10% e muitos destes abaixo dos 5% (por exemplo, pessoas desfavorecidas e/ou em risco).

Tal como se verifica na Tabela 14, no que diz respeito à faixa etária, e tal como era esperado, **a grande maioria das associações dirige-se à população juvenil - jovens e/ou adolescentes (72.3%)**, destacando-se de forma muito significativa das demais categorias. Importa aqui realçar que para efeitos estatísticos considerou-se na mesma categoria jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, seguindo a definição de juventude apresentada pela ONU, tendo sido considerados “crianças” todos os que se encontravam abaixo dessa janela temporal e “adultos” os que se encontravam acima.

Também relevante, mas em menor número temos as associações que têm o **público infantil (bebés e/ou crianças) como público-alvo** (25.5%). Trata-se sobretudo de associações que têm o lazer e a ocupação de tempos livres, o ensino, o desporto e as artes como principais atividades e domínios de atuação. Seguem-se também os **adultos** (19.1%) e os **idosos e/ou seniores** (16.0%).

A **comunidade** (21.3%) tem também grande relevo enquanto público-alvo das associações juvenis participantes. Por comunidade entende-se o público em geral (e.g., “todas as pessoas”, “os cidadãos”, “os Portugueses”).

De modo mais específico, os **estudantes** (21.3%) e os **profissionais** (4.3%) foram também considerados como alvo do trabalho desenvolvido pelas associações juvenis.

Num segundo nível de análise, encontrámos que determinadas associações juvenis seguem outros critérios na definição do seu público-alvo, independentes da faixa etária,

como é o caso das associações juvenis que se destinam a **pessoas desfavorecidas e/ou em risco** como, por exemplo, pessoas em situação de habitação social, sem-abrigo, pobreza, pessoas carenciadas, indivíduos em situação NEET, pessoas portadoras de deficiência (4.3%).

C.1.8. ENTIDADES PARCEIRAS DA ASSOCIAÇÃO

Conhecer uma associação implica também conhecer as suas entidades parceiras. De um modo geral, a categorização das entidades parceiras divide-se em dois grandes grupos: entidades públicas e entidades privadas.

Por entidades públicas entende-se entidades de direito público e de utilidade pública com abrangência local, municipal, regional, nacional e/ou europeia. Por entidades privadas entende-se pessoas coletivas de direito privado, tais como associações, fundações e sociedades.

Para além das entidades públicas e privadas, foi criada ainda uma terceira categoria principal adicional “outras organizações formais ou informais da sociedade”, de que são exemplo as paróquias, as igrejas e grupos da sociedade civil.

Assim, neste estudo, para a identificação das entidades parceiras da associação foram definidas, num primeiro nível de análise, três categorias principais: (1) entidade pública, (2) entidade privada e (3) outras organizações da sociedade.

Num segundo nível de análise, temos 9 subcategorias: (1) entidade pública local (e.g., junta de freguesia), (2) entidade pública municipal (e.g., câmara municipal), (3) entidade pública regional (e.g., direção regional de cultura do norte), (4) entidade pública nacional (e.g., IPDJ), (5) entidade pública europeia¹ (e.g., fundo social europeu), (6) entidade privada – associação (e.g., associação de estudantes), (7) entidade privada – fundação (e.g., INATEL), (8) entidade privada – empresa (e.g., Parfois), e (9) outras

¹ No caso o Programa Erasmus+, apesar de ser um programa de financiamento europeu, a gestão do programa é também de âmbito nacional. Como tal, considerou-se uma entidade parceira pública nacional. O mesmo se aplica à subsecção seguinte - entidades financiadoras.

organizações formais ou informais da sociedade (e.g., paróquia, os pais dos atletas igreja).

Como os/as dirigentes associativos não tinham limite de respostas, a mesma associação juvenil pode ter diferentes tipos de entidades parceiras.

Os resultados obtidos apresentam-se na Tabela 14.

Tabela 14.

Entidades Parceiras da Associação

Tipos de Entidades	N	(%)
Entidades Públicas	78	83.0%
Entidades Privadas	43	45.7%
Outras organizações da sociedade	3	3.3%
Entidade pública local	29	30.9%
Entidade pública municipal	49	52.1%
Entidade pública regional	18	19.1%
Entidade pública nacional	45	47.9%
Entidade pública europeia	0	0.0%
Entidade privada - associação	29	30.9%
Entidade privada - fundação	2	2.1%
Entidade privada - empresa	14	14.9%

Num primeiro nível de análise, como se pode constatar na Tabela 15, as entidades públicas, de que são exemplo as juntas de freguesia, as câmaras municipais e o IPDJ,

destacam-se claramente dos restantes tipos de entidades parceiras (entidades privadas e outras organizações formais ou informais da sociedade).

As **entidades parceiras públicas** são de facto as principais entidades parceiras das associações juvenis em Portugal, representando 83% das entidades parceiras das associações juvenis (N = 78). Significativamente em menor número, surgem as **entidades parceiras privadas** (N = 43), como as entidades bancárias e empresas. Ainda assim estas entidades ocupam um lugar de destaque, representando quase metade (45.7%) das entidades parceiras das associações juvenis portuguesas. Por fim, apenas três entidades parceiras das associações juvenis pertencem à categoria **outras organizações, formais ou informais, da sociedade** (3.3%).

Num segundo nível de análise, podemos observar que a grande maioria das entidades parceiras públicas são **entidades parceiras públicas municipais** (52.1%). As **entidades parceiras públicas nacionais**, são também amplamente mencionadas pelos jovens dirigentes enquanto entidades parceiras importantes para as associações juvenis que dirigem (47.9%). Por seu turno, relativamente às entidades parceiras privadas, destacam-se as **associações** (30.9%) e as **empresas** (14.9%).

C.1.9. ENTIDADES FINANCIADORAS DA ASSOCIAÇÃO

Uma componente importante das associações juvenis são as suas entidades financiadoras que, entre diferentes aspetos, influenciam de sobremaneira os recursos disponíveis, como um jovem dirigente tão bem pontuou quando a propósito da questão aberta “o que menos gostas na função de dirigente associativo/a” referiu “*a gestão de conflitos, lidar com poucos recursos, ter pouco tempo para valorizar a equipa e os voluntários envolvidos*”. A propósito da mesma questão (que será analisada numa secção posterior), um outro jovem dirigente referiu “*Lidar com a falta de recursos físicos, humanos e financeiros. Toda a atividade tem de ser pensada até ao último euro...*”.

As entidades financiadoras dividem-se em larga escala em dois grandes grupos: as entidades públicas e as entidades privadas. As entidades públicas podem ainda ser

categorizadas de acordo com a sua abrangência local, municipal, regional e europeia. Por outro lado, as entidades privadas dividem-se em dois grupos: (1) financiamento privado por meios próprios (angariação de fundos e/ou quotas) e (2) financiamento privado por mecenato e donativos (empresas e/ou particulares).

Neste estudo, para a identificação das entidades financiadoras das associações juvenis participantes foram definidas as seguintes categorias: (1) financiamento público local, (2) financiamento público municipal, (3) financiamento público regional, (4) financiamento público nacional, (5) financiamento público europeu, (6) financiamento privado por meios próprios e (7) financiamento privado por mecenatos e donativos.

Tabela 15.

Entidades Financiadoras da Associação

Tipos de Entidades	N	(%)
Financiamento público	77	81.9%
Financiamento privado	34	36.2%
Financiamento público local	9	9.6%
Financiamento público municipal	36	38.3%
Financiamento público regional	13	13.8%
Financiamento público nacional	64	68.1%
Financiamento público europeu	1	1.1%
Financiamento privado por meios próprios	9	9.6%
Financiamento privado por mecenatos e donativos	19	20.2%

Como se verifica na Tabela 16, a maior parte do financiamento das associações juvenis em Portugal advém de **financiamento público** (81.9%), em contraposição com o **financiamento privado** (36.2%).

A grande fatia de financiamento público decorre de **fundos/financiamento público nacional**, onde tem lugar de destaque o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) referido de forma extremamente frequente por grande parte das associações (68.1%).

Também o **financiamento público municipal**, sobretudo aquele que advém das câmaras municipais, tem, segundo os dirigentes associativos, um elevado impacto enquanto entidade financiadora do associativismo juvenil (38.3%). As restantes entidades públicas são muito menos expressivas enquanto fontes de financiamento.

O **financiamento privado por mecenato e donativos**, onde se destacam as empresas, entidades bancárias e pessoas particulares, tem considerável impacto enquanto entidades privadas que financiam associações juvenis em Portugal (20.2%). Complementarmente, surge o **financiamento privado por meios próprios**, onde tem particular relevância os fundos próprios, as quotas dos associados/sócios e o lucro obtido a partir da organização de ações/atividades específicas pelos membros da associação (9.6%).

C.2. PARTE 2: AÇÕES

No âmbito deste estudo importa também fazer um mapeamento das ações mais representativas de cada associação, bem como a sua caracterização, nomeadamente, (1) público-alvo, (2) domínio de atuação, (3) âmbito territorial, (4) tempo de implementação, (5) período de execução, (6) entidades parceiras, (7) entidades promotoras, e (8) meios de divulgação. Neste sentido, foi pedido aos respondentes que identificassem as ações mais representativas da sua associação (até 5). No total foram identificadas 256 ações que passamos a caracterizar nas secções seguintes.

C.2.1. PÚBLICO-ALVO DE CADA AÇÃO

Nesta secção procura-se identificar o público-alvo das 256 ações desenvolvidas pelas 94 associações participantes, segundo a perspetiva dos/as jovens dirigentes associativos que as dirigem. Neste contexto procurou-se identificar os beneficiários prioritários das ações desenvolvidas pelas associações.

As respostas a esta questão foram depois categorizadas em 11 categorias divididas em dois níveis: num primeiro nível de análise as respostas foram organizadas em 4 categorias e num segundo nível de análise em sete categorias.

No mencionado primeiro nível de análise, as categorias foram organizadas de acordo com a faixa etária do público-alvo a que se destinam as ações desenvolvidas pelas associações juvenis em: (1) jovens e/ou adolescentes, (2) bebés e/ou crianças, (3) adultos, e (4) idosos e/ou seniores.

Quanto ao segundo nível de análise, as respostas foram categorizadas, independentemente da faixa etária do público-alvo das ações desenvolvidas, em sete categorias. Por um lado, duas categorias dizem respeito ao espectro de atuação das associações relacionado com as (5) famílias, bem como, a um outro grupo mais generalizado, ligado por características mais abrangentes, como “ser cidadão Português”, isto é, (6) comunidade. Por seu turno, a categorização do público-alvo das

ações desenvolvidas pelas associações juvenis reflete a divisão dos indivíduos a quem se dirigem de acordo com a sua ocupação em: (7) estudantes, (8) empresas e (9) profissionais. Por fim, características muito particulares dos indivíduos relacionadas com as suas circunstâncias, ora em termos de situação de risco – (10) pessoas desfavorecidas e/ou em risco –, ora em termos de naturalidade e localização – (11) migrantes e/ou em intercâmbio/mobilidade, internacionais (nacionalidade estrangeira) – foram consideradas. Deste modo, cada ação desenvolvida por uma associação juvenil pode estar representada em categorias diferentes, ou seja, a sua população-alvo pode resultar numa combinação de várias categorias (cf. Tabela 16).

Tabela 16.

Público-alvo das Ações Desenvolvidas pelas Associações Juvenis

Público-alvo	N	(%)
Jovens e/ou adolescentes	151	59.0%
Estudantes	54	21.1%
Empresas	3	1.2%
Profissionais	9	3.5%
Bebés e/ou crianças	79	30.9%
Adultos	54	21.1%
Idosos e/ou seniores	45	17.6%
Famílias	4	1.6%
Comunidade	42	26.4%
Pessoas desfavorecidas e/ou em risco	14	5.5%
Migrantes, intercâmbio/mobilidade, internacionais	5	2.0%

Uma primeira abordagem à tabela 16, revela que a maior parte das ações desenvolvidas pelas associações juvenis destinam-se a **jovens e/ou adolescentes** (59%). Em menor escala, uma parte também considerável das ações tem nos **bebés e/ou crianças** (30.9%) o seu público-alvo. Neste caso, trata-se sobretudo de ações relacionadas com atividades de lazer, tempos livres e animação; desporto; educação e formação; arte criatividade e cultura, tais como criação de espetáculos, performances teatrais e leituras encenadas. Dentro deste grupo, as ações dirigidas especificamente para o público escolar infantil e juvenil dizem sobretudo respeito a atividades relacionadas com a promoção do sucesso escolar e da leitura e o desenvolvimento pessoal e vocacional. Neste sentido, relevante é também o número de ações dirigidas a **estudantes**, independentemente da faixa etária (21.1%), onde se destacam atividades relacionadas com ciência, conhecimento, tecnologia, empreendedorismo e inovação, e atividades de mobilidade/intercâmbio juvenil.

Um número considerável de associações dirige-se à **comunidade**, ou seja, tem como público-alvo um grupo abrangente de pessoas, tais como “todos os cidadãos”, “os Portugueses”, “todas as pessoas”, “a comunidade” (26.4%). Nesta categoria destacam-se as ações de diferente natureza, muito variável, mas onde sobressaem as questões ambientais, clima e sustentabilidade, a cidadania e participação cívica e atividades de voluntariado, inclusão social e solidariedade.

Por fim, destaca-se o grupo de **“pessoas desfavorecidas e/ou em risco”** (5.5%), como é o caso de pessoas portadoras de deficiência, em situação de pobreza e exclusão social, pessoas carenciadas, pessoas com doenças crónicas, onde se destaca o desenvolvimento de atividades relacionadas com cidadania, direitos humanos, solidariedade, inclusão social, voluntariado, desporto adaptado, saúde e prevenção de comportamentos de risco, migrações e intergeracionalidade.

C.2.2. DOMÍNIO DE ATUAÇÃO DE CADA AÇÃO

Tal como aconteceu na secção C.1.1. (domínios de atuação das associações juvenis), os domínios de atuação de cada uma das ações mais representativas de cada associação

foram categorizadas em 27 domínios de atuação iniciais. Deste modo, foram definidos 27 domínios de atuação ou áreas estratégicas (categorias) para as ações específicas desenvolvidas pelas 94 associações juvenis participantes no estudo: (1) acessibilidade e transportes, (2) ambiente, (3) arte, (4) cidadania, (5) ciência, (6) comunicação, (7) cooperação, (8) desenvolvimento vocacional, (9) desporto, (10) direitos animais, (11) direitos humanos, (12) educação, (13) empreendedorismo, (14) habitação, (15) inclusão social, (16) intergeracionalidade, (17) migrações, (18) mobilidade juvenil, (19) participação cívica, (20) património, (21) política, (22) promoção do sucesso escolar, (23) lazer, (24) saúde, (25) solidariedade, (26) tecnologias, e (27) voluntariado. Face a algumas respostas que não podiam ser incluídas nas 27 categorias, foi criada uma categoria adicional, (28) “outro”.

Relativamente aos domínios de atuação de cada ação, foi pedido a dirigentes que indicassem os domínios (até um máximo de três) que melhor representavam cada uma das 256 ações desenvolvidas e identificadas pelos/as jovens dirigentes, entre os 27 domínios apresentados (cf. Tabela 17).

Tabela 17.

Domínios de Atuação das Ações mais Representativas das Associações Juvenis

Domínios	N	(%)
Arte, criatividade e cultura	75	29.3%
Lazer/tempos livres/animação	59	23.0%
Desporto/Modalidade desportiva	55	21.5%
Inclusão social	39	15.2%
Ambiente, sustentabilidade e clima	38	14.8%
Educação, formação e promoção da leitura	38	14.8%
Desenvolvimento vocacional e pessoal	34	13.3%

Voluntariado	29	11.3%
Cidadania	23	9.0%
Participação cívica	21	8.2%
Ciência/Tecnologia/Conhecimento	20	7.8%
Saúde e prevenção de comportamentos de risco	19	7.4%
Direitos humanos	16	6.3%
Empreendedorismo, inovação e emprego	15	5.9%
Património e herança cultural	15	5.9%
Comunicação/Informação	12	4.7%
Cooperação	11	4.3%
Mobilidade juvenil e intercâmbios	11	4.3%
Promoção do sucesso escolar	10	3.9%
Intergeracionalidade	9	3.5%
Solidariedade social	9	3.5%
Tecnologias, competências digitais e infraestruturas	5	2.0%
Acessibilidade e transportes	2	0.8%
Direitos e proteção dos animais	2	0.8%
Habitação	2	0.8%
Migrações	2	0.8%
Política	0	0%
Outros	4	1.6%

Posteriormente, para facilitar a análise e leitura dos resultados, estes domínios foram agrupados em 15 domínios principais (cf. Tabela 18), tal como aconteceu com a categorização dos domínios de atuação das associações juvenis na secção anterior (C.1.1.).

Tabela 18.

Categorização em Domínios e Subdomínios de Atuação

Domínios	Subdomínios
Educação e Formação	Desenvolvimento Vocacional e Pessoal; Educação, Formação e Promoção da Leitura; Promoção do Sucesso Escolar
Cultura	Arte, Criatividade e Cultura; Património e Herança Cultural; Lazer, Tempos Livres, Animação
Desporto	Desporto; Modalidade Desportiva
Participação cívica	Participação Cívica; Política; Voluntariado
Cidadania Global	Cidadania; Direitos Humanos
Inclusão Social	Cooperação; Solidariedade Social; Inclusão Social;
Empreendedorismo, Emprego e Inovação	Empreendedorismo, Inovação e Emprego; Tecnologias, Competências Digitais e Infraestruturas
Ambiente	Ambiente, Sustentabilidade e Clima; Direitos e Proteção dos Animais
Habitação	Habitação
Transportes	Acessibilidade e Transportes
Saúde e Prevenção Comportamentos de Risco	Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco

Mobilidade	Mobilidade Juvenil e Intercâmbios (e.g., Programa Erasmus)
Migrações	Migrações
Ciência e Tecnologia	Ciência/Tecnologia/Conhecimento
Outro	Comunicação, Informação; Intergeracionalidade

Para uma melhor apresentação da distribuição das ações das associações juvenis pelos diferentes domínios de atuação, organizam-se os resultados na Tabela 19 (abaixo).

Tabela 19.

Ações das Associações Juvenis²: sua Distribuição e Frequência por Domínios de Atuação

Domínios	Educação e Formação	Cultura	Desporto	Participação Cívica	Cidadania Global	Inclusão Social	Empreendedorismo, Emprego e Inovação	Ambiente	Habituação	Transportes	Saúde e Prevenção Comportamentos Risco	Mobilidade	Migrações	Ciência e Tecnologia	Outro
Nº respostas por domínio	82	149	55	50	39	59	20	40	2	2	19	11	2	20	25
<i>Festival Solidário</i>	•			•											
<i>Formação de jovens na área da canoagem, hábitos de vida saudáveis e lazer</i>		•	•												
<i>Produção de eventos desportivos</i>			•	•				•							
<i>Aumentar o conhecimento das práticas desportivas, treino desportivo, autoconhecimento, autodesenvolvimento pessoal</i>	•		•												•

² Apesar de terem sido caracterizadas 256 ações associativas, para três dessas associações o dirigente associativo não indicou a sua designação, pelo que apesar de terem sido incluídas nas contagens foram excluídas deste quadro. Adicionalmente, duas outras ações foram excluídas deste quadro porque, apesar de terem sido nomeadas (“Amizade” e “EICU”), não foram caracterizadas pelos dirigentes associativos. Deste modo, neste quadro constam apenas 251 ações associativas.

Vale das Mós Summer Fest		•													
Gestão de redes sociais							•								•
Participação em competições internacionais de estudantes							•					•		•	
Escola de Música		•													
Explicações individuais e semanais	•			•											
Janeiras		•													
Limpezas de espaços naturais								•							
Campos de Férias		•													
Formação	•				•										
Formações na área de Data Science	•						•							•	
Intervenção na área da Igualdade de Género - Projeto Atraveste: Um desafio para a Igualdade					•										
Limpezas				•	•			•							
Ciclos de comunicação FORDOC	•													•	•
Formações do Programa Formar + (IPDJ)	•														
Promoção para a saúde												•		•	•

Espectáculos de teatro pedagógico	•	•													
Formação Profissional	•														
Criação de peças de teatro social		•			•										
Projetos de voluntariado				•											
Formação				•	•		•								
Formação desportiva de crianças e jovens			•			•					•				
Formação e criação artística		•													
Treinos regulares às 2 ^{as} e 5 ^{as} das 18:00 às 21:00; 4 ^{as} das 18:00 às 19:30 e Sáb das 10:00 às 12:00			•												
Exploring Future	•						•								
Atividades intergeracionais		•				•								•	
Competições			•												
Marketing Chat	•						•								
Porto com + Saúde											•				
“After Leslie”				•				•							
Festival Doce		•				•									

Ekos Music Fest		•				•		•							
Envolver, dinamizar, divulgar e conhecer o trabalho das associações				•	•										
Música	•	•				•									
Proporcionar atividades que estimulem os jovens		•	•												
Ensino música		•	•												
Espaço Jovem	•	•				•									
Prática Desportiva Federada Regional			•												
Animação de Rua		•													
Culturfest		•										•		•	
Animação Praia Fluvial		•													
Resolução e apresentação de casos de estudo	•												•		
Dança		•				•									
Formação de Voluntariado	•				•	•									
Evento STEVE 2021	•					•							•		
Inclusão social					•	•									

Inclusão social					•	•									
Teatro		•													
Curso intensivo de interpretação com duas fases: aulas de voz, movimento e interpretação, e construção de um espetáculo final	•	•													
Babybasket		•	•												
Projeto Ombro Amigo				•		•				•					
Teatro	•	•				•									
Dança		•	•			•									
Rastreios Cardiovasculares										•					
Festival Internacional de Folclore		•													
Ação Cultural		•													
Interfolk		•				•		•							
Futebol 11		•	•												
Partilha de Informação							•				•		•		
Formação Nacional de Debate Competitivo	•														

Entretenimento de pessoas		•				•									
Prática de Atletismo			•												
Formação Coral		•				•									
ADN		•			•	•									
CambraFest		•													
MARIAS		•				•									
Eventos culturais e artísticos		•				•									•
Reeducação social e convívio		•				•									
Palestras sobre engenharia Química	•							•						•	
Intercâmbios para jovens					•								•		
Aprendizagem															•
Organizar anualmente o Tágides - Festival Internacional de Tunas Universitárias, em Almada		•													
Distinção de Personalidade Jovem que se destaque no âmbito da Cultura, Desporto, Artes e Ação Social	•					•									
Ensino música	•	•	•												
Acampamentos	•			•				•							

Projeto Green Steps		•		•				•							
Canoagem			•												
Festa de Natal	•						•								
Voluntariado Internacional				•											
Festival de Dança		•													
Integração dos estudantes internacionais e de mobilidade		•					•					•			
Desenvolvimento de programas desportivos para Jovens			•												
Realizar colónias de férias com ensino de arte	•	•													
Férias em movimento		•													
Futebol			•				•					•			
Formação desportiva		•	•					•							
Acolhimento e trabalho com voluntários do programa ESC	•			•				•							
Artes e Cultura		•													
Representar os estudantes				•			•								
Festival Bons Sons		•		•											

Ensino de Atividades Culturais		•													
Participação em competições nacionais e internacionais			•	•		•									
Ambiente								•							
Provas desportivas de formação - Meetings	•		•				•								
Vale das Mós Futsal Cup			•												
Website															•
Publicação Semestral de uma Revista	•	•												•	
Escola de dança		•													
Dinamização de atividades/formações mensais com os aprendizes	•	•													
Migas dos Reis		•		•		•									
Encontros na natureza para famílias								•							
Creche						•									
Estimular debate e reflexão				•	•				•						
Voluntariado				•											
Cinema ao ar livre		•													

Voluntariado na Natureza e Florestas (IPDJ)				•				•							
Incentivo ao empreendedorismo								•						•	•
Teatro para público geral		•													
Consultoria														•	
Debates					•	•		•							
Apoio a crianças e jovens		•		•				•							
Momentos de Grupo e Voluntariado						•		•							
Sucesso escolar	•		•												
Programa de férias criativas		•													
Inspiring Future	•							•							
Workshops			•												
Polimedicação + Segura						•					•				
Figueira eSports Tournament		•				•	•								
Festa do Idoso		•		•											•
Maratona de BTT		•	•												

Música		•		•		•									
Dança		•													
Marchas S. Joaninas		•		•											
Interação Cultural Regional		•													
De Pessoa para Pessoa		•		•										•	
Férias em Movimento		•													
Debate sobre temas de negócios		•												•	
Limpeza da natureza e praias		•				•		•							
Formação multiplicadores em direitos humanos				•	•										
Webinar "Impacto do Mundo Empresarial no Percorso Académico"	•							•						•	
Direito humanos					•										
Música		•													
Escola de Formação Desportiva		•	•			•									
Projeto Aprender a Salvar	•										•				
Inclusão		•	•			•									

<i>Caminhadas</i>			•												
<i>Festa do Emigrante</i>		•													
<i>Edição de Manual Informativo</i>				•							•				
<i>Aulas regulares dança</i>		•	•												
<i>Sustentabilidade</i>								•							•
<i>Atividades desportivas</i>			•												
<i>Ténis de Mesa</i>			•			•					•				
<i>Organização de intercâmbios</i>				•				•				•			
<i>Espaço SÓTÃO/ATL</i>	•	•													
<i>Apoio ao Estudo</i>	•														
<i>Participação Jogos Olímpicos</i>	•		•												
<i>Provas desportivas federativas</i>	•		•												•
<i>Dia da Mulher “Cem Rumos”</i>		•													
<i>Podcast quinzenal sobre empregabilidade, ensino superior e gestão de carreira</i>	•						•				•				
<i>Ginástica</i>			•								•				

Concerto		•		•		•									
Desporto			•												
Ocupação Tempos Livres			•												
Organização de competições	•													•	
Organização de atividades			•			•									
Envio de voluntários para fora de Portugal				•		•									
Dança	•	•	•												
Desporto			•												
Desporto Federado	•	•	•												
Apoio socorrista a evento escolar											•				
Ambiente		•		•				•							
Preparação e distribuição de refeições aos sem abrigo						•									
Prova de Atletismo			•												
Encontro de Antigos e Atuais Coralistas do CMUC		•													•
PASEC Habitat	•						•							•	

2 anos					•	•									
Jantares com alunos do curso de Engenharia Química		•													
Teatro	•	•	•												
Encontros formativos	•														•
Convívio															•
Sardinhada Popular e Aniversário		•													
Campos de férias		•													
Inclusão Social					•	•									
Animação Praia Fluvial		•													
BTT			•			•				•					
Requalificação e manutenção de espaços da aldeia				•				•							•
MOSTRA DE TEATRO DE CEM SOLDOS		•													
Combate à exclusão social						•									
Defesa do Ambiente - Proteção do Borrelho de coleira interrompida					•			•							
Workshops didáticos de Ciência junto de alunos do Ensino Básico e Secundário	•													•	

Aniversário da SMEB		•										•			
Acções de sensibilização					•			•							
Direitos Humanos				•	•										
Exposições		•													
Projetos de Voluntariado - de Cooperação para o Desenvolvimento					•	•		•							
Unlimited Future	•							•							
Campos de férias			•												
Mysterium - Teatro de Rua	•	•													
Equipa de Btt		•	•			•									
Concerto		•		•		•									
Caminhadas		•									•				
Formações	•													•	
Plogging		•	•					•							
Concerto associado aos ciclos de música/cultura da Universidade de Coimbra		•													
PASEC Underground	•				•	•									

<i>Intervenção social</i>				•		•		•							
<i>Trail Running</i>		•	•					•							
<i>PASEC ADVANTAGE</i>	•	•				•									
<i>Cultura</i>		•										•			•
<i>Voluntariado e programas IPDJ</i>		•		•				•							
<i>Festas de São Pedro</i>		•				•									
<i>Promoção da sustentabilidade ambiental</i>				•				•							
<i>Atividades lúdicas</i>		•													

Como se pode observar na Tabela 19, o domínio de atuação mais frequente no que diz respeito às ações das associações juvenis é o domínio da **cultura** (58.2%), onde se incluem os subdomínios da **arte, criatividade e cultura** (29%); **património e herança cultural** (5.9%); e **lazer, tempos livres, animação** (23%). Também muito relevante, ainda que com menor expressão, surge o domínio **educação e formação** (32.03%), em particular, os subdomínios de **educação, formação e promoção da leitura** (14.8%), **desenvolvimento vocacional e pessoal** (13.5%); e **promoção do sucesso escolar** (3.9%).

O terceiro domínio mais comum é o da **inclusão** social (23.4%), nomeadamente, os subdomínios de e **inclusão social** (15.2%), **cooperação** (4.3%); e **solidariedade social** (3.5%).

Por fim, também significativo na análise do conjunto das ações desenvolvidas encontramos os domínios de atuação do **desporto** (21.48%) e **participação cívica** (19.53%).

C.2.3. ÂMBITO TERRITORIAL DAS AÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

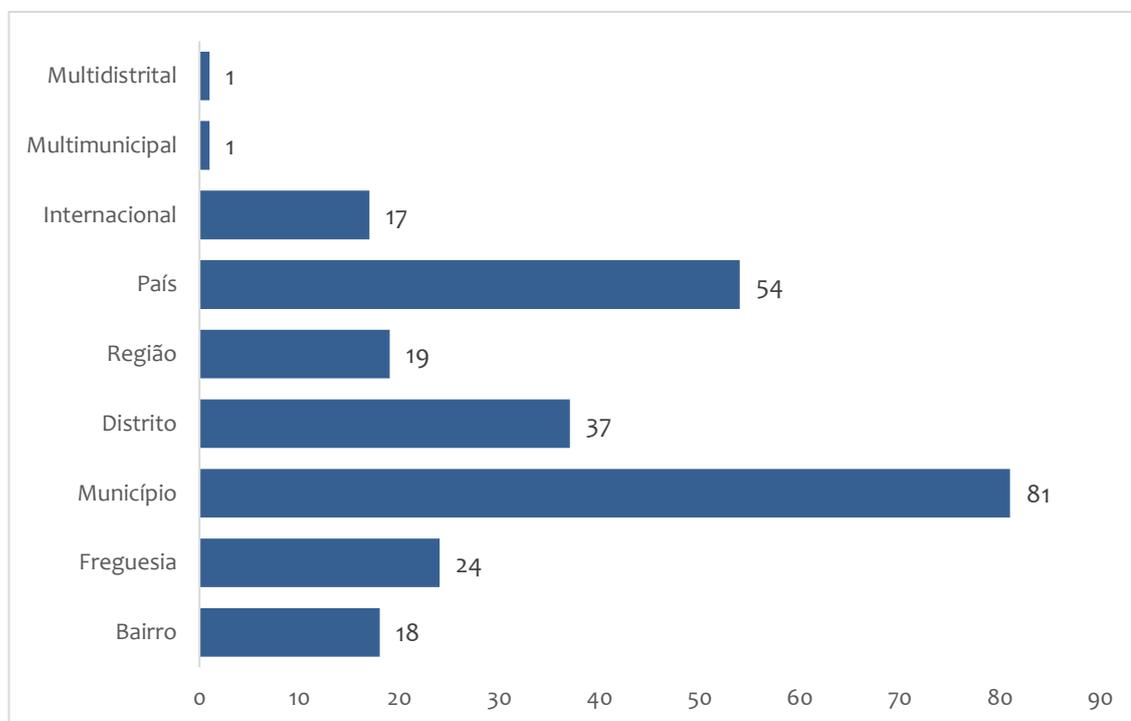
Neste trabalho procurou-se ainda identificar o âmbito territorial de atuação das diversas ações desenvolvidas pelas associações juvenis, segundo 7 categorias/opções de resposta: (1) bairro ou equivalente, (2) freguesia, (3) município, (4) distrito, (5) região, (6) país, e (7) internacional.

Posteriormente, na sequência de duas respostas que não podiam ser integradas nas categorias previamente definidas, houve a necessidade de acrescentar mais duas categorias: (8) multimunicipal (âmbito de atuação da ação em dois ou mais municípios) e (9) multidistrital (âmbito de atuação da ação em dois ou mais distritos).

Os resultados estão apresentados na Figura 8.

Figura 8.

Âmbito Territorial de Atuação das Ações Desenvolvidas pelas Associações Juvenis (distribuição por frequência)



Como se pode ver na Figura 8, das 256 ações desenvolvidas pelas associações juvenis participantes no estudo, uma parte considerável tem como âmbito territorial o **município** onde está localizada a associação juvenil (31.6%). Por outro lado, pouco mais de metade das ações atua sob o domínio **nacional** (21.1%), isto é, são ações que procuram mobilizar toda a população. Também o **distrito** onde está integrada a associação juvenil tem representatividade no que diz respeito ao domínio de atuação das ações desenvolvidas pelas associações juvenis (14.5%).

Deve-se também sublinhar o nível local, onde assomam as **freguesias** (9.4%) e os **bairros ou equivalente** (7.0%).

Com um âmbito de atuação **internacional** encontramos pouco mais de 5% (6.6%) e, por último, foi referida uma ação com atuação **multimunicipal** (0.4%), e também uma outra com atuação **multidistrital** (0.4%).

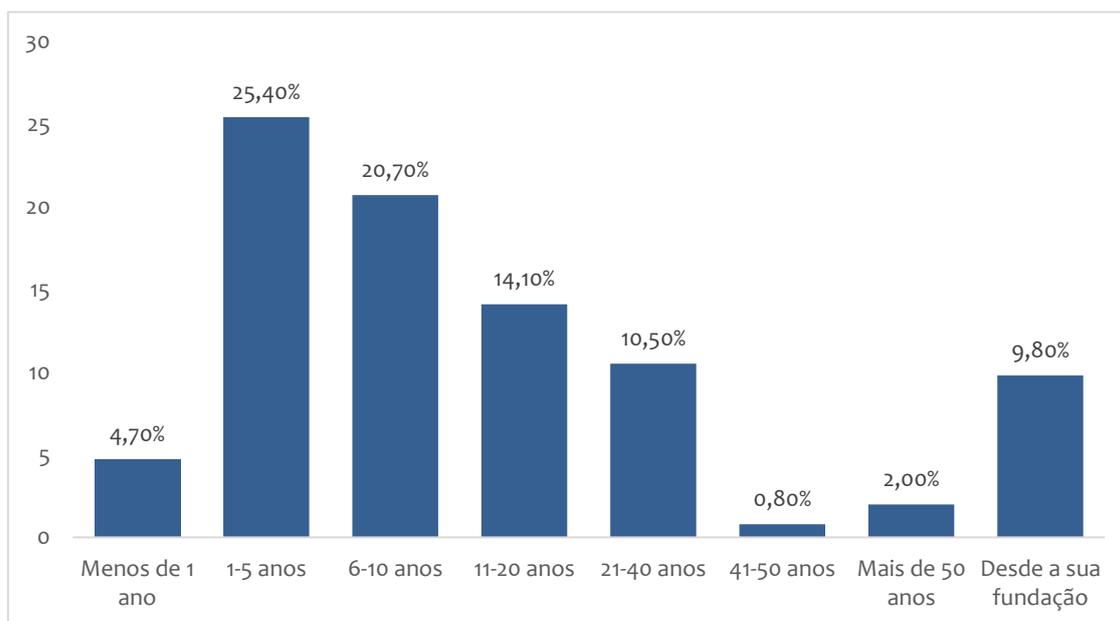
C.2.4. TEMPO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

O tempo de implementação das ações desenvolvidas pelas associações juvenis é importante para aprofundar o conhecimento e a caracterização das referidas ações. Este conhecimento é também relevante para conhecer a fase de desenvolvimento da própria associação, isto é, se se encontra numa fase de consolidação, por exemplo, com a implementação de ações a decorrer desde a sua fundação, ou expansão, por exemplo, com a criação e desenvolvimento de ações com menor “tempo de vida”, com menos de 1 ano em alguns casos.

Para esta questão aberta, foram criadas à posteriori, 8 categorias de resposta (cf. Figura 9) para o tempo de implementação: (1) há menos de 1 ano, (2) 1-5 anos, (3) 6-10 anos, (4) 11-20 anos, (5) 21-40 anos, (6) 41-50 anos, (7) mais de 50 anos, e (8) desde a fundação da associação juvenil.

Figura 9.

Tempo de Implementação das Ações das Associações Juvenis (distribuição em percentagem)



À exceção da categoria de ação implementada pela associação juvenil **“há menos de 1 ano”** (4.70%) que obtém baixa representatividade, pode observar-se na Figura 9, uma clara tendência decrescente à medida que aumenta o tempo de implementação das ações, ou seja, a maior parte das ações desenvolvidas pelas associações juvenis e identificadas pelos jovens dirigentes são relativamente recentes, sendo implementadas **há mais de 1 ano e há menos de 5 anos** (25.4%). Esta janela temporal é seguida de perto pela categoria **6-10 anos** (20.7%) que embora menos representada também colhe um número elevado de respostas por parte dos dirigentes associativos. Em sentido oposto, é de mencionar a frequência baixa das ações desenvolvidas por um **período entre 41 e 50 anos** (0.8%) e **há mais de 50 anos** (2.0%).

De realçar ainda que 25 associações (9.8%) implementam determinada ação **desde a sua fundação**, refletindo uma longa história em termos de domínios de atuação e eixos estratégicos.

C.2.5. PERÍODO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Caracterizar as ações implementadas pelas associações juvenis acarreta conhecer a altura do ano (específica) em que essas ações decorrem. Deste modo, poderemos analisar as estratégias de ação das associações juvenis, enquanto medidas de análise (do trabalho desenvolvido) contínuas ou pontuais. Por outro lado, estas ações podem estar associadas ao contexto histórico-social de absoluta excecionalidade que vivemos (pandemia Covid-19) ou estarem associadas a determinados eventos ou contextos específicos, como é o caso de desastres naturais (e.g., *“implementação da ação após a tempestade Leslie”*). Por fim, sendo a maioria dos/as associados/as pessoas jovens, importa perceber se as ações são implementadas durante o período escolar (i.e., ano letivo) ou se são sazonais e decorrem durante o período de férias.

Assim, de modo a cobrir todas as respostas dos/as dirigentes associativos relativamente à altura do ano de implementação da ação, esta questão aberta foi categorizada, em 9 categorias principais: (1) anual e/ou longo do ano e/ou continuamente, (2) ano letivo/período escolar, (3) férias e/ou verão, (4) mensal e/ou num mês específico do ano,

(5) pontual/sem período definido, (6) associado a um evento/contextual, (7) periódico, (8) semestral e (9) trimestral.

Os resultados apresentam-se na Tabela 20.

Tabela 20.

Período de Execução das Ações das Associações Juvenis

Período de execução	N	(%)
Anual e/ou ao longo do tempo e/ou continuamente	115	44.9%
Ano letivo/período escolar	34	13.3%
Férias e/ou verão	39	15.2%
Mensal e/ou num mês específico	32	12.5%
Pontual/sem período definido	3	1.2%
Evento/contextual	4	1.6%
Periódico	5	2.9%
Semestral	5	2.0%
Trimestral	5	2.0%

Como se pode observar na tabela acima, uma grande parte das associações desenvolve as suas ações mais representativas **anualmente e/ou ao longo do ano e/ou de modo contínuo** (44.9%). Tal significa que a maior parte das ações implementadas pelas associações juvenis não se limita a um período específico do ano e por outro lado, são ações que não estão limitadas por variáveis/especificidades temporais, por exemplo, específicas de uma determinada estação do ano ou dependentes do período escolar dos jovens. Deste modo, são ações de elevada abrangência, não circunstanciais.

Por outro lado, 39 das 256 ações referidas pelos dirigentes associativos (15.2%) decorrem apenas no **período de férias escolares e/ou no verão**, e embora possam ser preparadas ao longo do ano a sua materialização está circunscrita a esse período específico (e.g., campos de verão, festivais de música, férias em movimento com atividades mais ligadas ao lazer e tempos livres); enquanto que, pelo contrário, 34 das ações (13.3%) decorrem apenas durante o **ano letivo/período escolar** e são maioritariamente ações relacionadas com a promoção do sucesso escolar e de envolvimento com os estudos/rendimento académico, literacia, educação, formação e promoção da leitura bem como cooperação, desenvolvimento pessoal e vocacional e alguns temas a explorar como os direitos humanos e estratégias de sensibilização e voluntariado.

Também as ações que decorrem **mensalmente e/ou num mês específico do ano** têm alguma representatividade (12.5%). Aqui destacam-se as atividades de limpeza ecológica, ciclos de cinema ao ar livre, encontros de desenho, encontros desportivos e debates.

Em número reduzido, surgem as ações implementadas **periodicamente** (2.0%), por exemplo, aos fins-de-semana, onde se destacam ações de lazer, artísticas e património e também em ciclos de “x em x anos”, por exemplo, de três em três anos ou de cinco em cinco anos, com destaque para as ações de âmbito internacional, onde se salientam as ações de desenvolvimento pessoal e vocacional, ciência, tecnologia e conhecimento, e educação, formação e promoção da leitura bem como as ações relacionadas com o desporto, lazer e ambiente, com especial destaque para os campeonatos desportivos.

Nas ações implementadas **semestralmente** (2.0%) e **trimestralmente** (2.0%) destacam-se as ações artísticas, relacionadas com o ambiente, cooperação e voluntariado.

Finalmente, temos as ações associadas a **determinados eventos/contextuais** (1.6%), como é o caso, por exemplo, dos eventos relacionados com os primeiros meses da pandemia Covid-19, a tempestade Leslie, e o Dia da Mulher (8 de Março) onde se destacam ações relacionadas com a participação cívica, saúde, cidadania e inclusão social.

C.2.6. ENTIDADES PARCEIRAS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Uma componente importante para a caracterização das ações associativas diz respeito às suas entidades parceiras.

Neste estudo, a categorização das entidades parceiras realizou-se em três grandes grupos: (1) entidades parceiras públicas, como é o caso das Juntas de Freguesia, (2) entidades parceiras privadas, como é exemplo as associações académicas, e (3) outras organizações, formais e informais, da sociedade, no caso das entidades que não podem ser classificadas como públicas ou privadas, como é o caso da igreja ou os pais dos atletas no caso de uma ação de uma associação desportiva

De acordo com a sua abrangência, as entidades públicas podem ainda ser categorizadas em (1) entidade pública local (e.g., Junta de Freguesia), (2) entidade pública municipal (e.g., Câmara Municipal, autarquia), (3) entidade pública regional (e.g., Direção Regional da Cultura do Centro, Universidade do Porto), (4) entidade pública nacional (e.g., IPDJ), e (5) entidade pública europeia (e.g., FSE).

As entidades privadas foram ainda categorizadas em quatro categorias: (1) entidade privada – associação (e.g., associação para a defesa dos direitos animais), (2) entidade privada – fundação (e.g., Fundação Santa Rafaela Maria), (3) entidade privada – empresa (e.g., McKinsey).

Como se pode verificar na Tabela 21, as **entidades parceiras públicas** destacam-se claramente das demais entidades parceiras (65.6%). Aqui evidenciam-se as ações relacionadas com atividades desportivas, como os campeonatos desportivos, e as atividades artísticas, de que são exemplo os festivais. Dentro das entidades parceiras públicas, são aquelas que abrangem os Municípios e as Câmaras Municipais – **entidades públicas municipais** (48%) – as que assumem especial relevo. Sobressaem também as **entidades parceiras públicas nacionais** (35.5%), onde se destaca de forma muito explícita o Instituto Português do Desporto e Juventude.

Tabela 21.

Entidades Parceiras na Implementação das Ações das Associações Juvenis

Tipos de Entidades	N	(%)
Entidades Públicas	168	65.6%
Entidades Privadas	93	36.3%
Outras organizações da sociedade	13	5.0%
Entidade pública local	53	20.7%
Entidade pública municipal	123	48.0%
Entidade pública regional	24	9.4%
Entidade pública nacional	91	35.5%
Entidade pública europeia	1	0.4%
Entidade privada - associação	51	19.9%
Entidade privada - fundação	11	4.3%
Entidade privada - empresa	25	9.8%

Relativamente às entidades parceiras privadas, as **associações** constituem a principal entidade parceira (19.9%), o que indica que, de um modo geral, as associações em Portugal parecem funcionar em rede, no sentido em que se apoiam mutuamente e promovem ações de colaboração e parceria. De forma pouco considerável, surge o apoio das **empresas** (9.8%) e das **fundações** (4.3%) enquanto entidades parceiras privadas.

Na categoria “outras organizações, formais ou informais, da sociedade”, quer da **sociedade civil** (2.7%), como é exemplo os pais dos associados e os seus diretores de turma, quer de **outras organizações da sociedade** (2.3%), como as paróquias, embora

tenham sido mencionadas, são praticamente irrelevantes enquanto entidades parceiras da implementação das ações do associativismo em Portugal.

C.2.7. ENTIDADES PROMOTORAS DAS AÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES

JUVENIS

Entidades promotoras são pessoas coletivas de natureza pública ou privada socialmente reconhecidas que coordenam o exercício da sua atividade em diferentes domínios de atuação (e.g., cívicos, ação social, saúde, educação, ciência e cultura, defesa do património e do ambiente).

As entidades promotoras da ação das associações juvenis, à semelhança das entidades parceiras, foram categorizadas em três grupos principais: (1) entidades promotoras públicas, (2) entidades promotoras privadas, e (3) outras organizações da sociedade.

As entidades promotoras públicas podem ter abrangência local, municipal, regional, nacional e europeia e assim, podem ser categorizadas em 5 categorias: (1) entidade promotora pública local, (2) entidade promotora pública municipal, (3) entidade promotora pública regional, (4) entidade promotora pública nacional e (6) entidade promotora pública europeia.

Já as entidades privadas podem ser categorizadas em: (1) entidade promotora privada – associações, (2) entidade promotora privada – fundações, (3) entidade promotora privada – empresas.

Na Tabela 22, podemos observar que, contrariamente à tendência verificada em relação às entidades parceiras da ação das associações juvenis, onde as entidades públicas tinham especial destaque, aqui, as entidades promotoras são na sua maioria **entidades privadas** (56.6%), particularmente, **associações** (47.3%).

Não obstante, foram referidas **95 entidades promotoras públicas** (37.1%). A abrangência destas entidades é bastante equitativa, mas são as **entidades públicas municipais** as que são mais vezes referidas (20.3%).

Uma vez mais, a categoria “**outras organizações da sociedade**”, é referida apenas 6 vezes (2.4%), sendo por isso, nesta medida, pouco relevante.

Tabela 22.

Entidades Promotoras das Ações das Associações Juvenis

Tipos de Entidades	N	(%)
Entidades Públicas	95	37.1%
Entidades Privadas	145	56.6%
Outras organizações da sociedade	6	2.4%
Entidade pública local	30	11.7%
Entidade pública municipal	52	20.3%
Entidade pública regional	22	8.6%
Entidade pública nacional	42	16.4%
Entidade pública europeia	0	0%
Entidade privada - associação	121	47.3%
Entidade privada - fundação	5	2.0%
Entidade privada - empresa	15	5.9%

Não obstante, foram referidas **95 entidades promotoras públicas** (37.1%). A abrangência destas entidades é bastante equitativa, mas são as **entidades públicas municipais** as que são mais vezes referidas (20.3%).

Uma vez mais, a categoria “**outras organizações da sociedade**”, é referida apenas 6 vezes (2.4%), sendo por isso, nesta medida, pouco relevante.

C.2.8. MEIOS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Nesta secção, pretendia-se conhecer os meios usados pelas associações juvenis para a divulgação das ações desenvolvidas e implementadas. Em particular, pretendia-se dar resposta à questão “*De que forma os novos media podem potenciar o associativismo juvenil, a captação de jovens e o impacto da ação associativa?*”. *Será hoje mais fácil o acesso à informação sobre as ações desenvolvidas pelas associações juvenis? E de que forma o acesso a essa informação se traduz num maior envolvimento dos jovens no associativismo juvenil?*

Esta questão aberta foi categorizada em 4 grupos principais de acordo com o meio de divulgação: (1) meios de divulgação digital, (2) meios de divulgação tradicional, (3) meios de divulgação por contacto direto, e (4) meios de divulgação internos.

Por meios de divulgação digital entende-se a digitalização dos meios de informação que pressupõe um ambiente de interface online/virtual entre o indivíduo e o meio de canalização da informação. A comunicação digital define, num ecossistema digital, a estratégia e as ações de comunicação a serem realizadas, por exemplo, na web, redes sociais e dispositivos móveis. Neste estudo, os meios de divulgação digital da ação associativa dividem-se em: (1) websites, (2) redes sociais (e.g., *facebook, instagram, linkedin, twitter*), (3) blog, e (4) email, *newsletter* e/ou boletim informativo.

Por outro lado, os meios de divulgação tradicionais/não digitais dizem respeito aos meios clássicos de divulgação de informação e subdividem-se em duas categorias: (1) *flyers, outdoors, cartazes e faixas* e (2) comunicação social (i.e., televisão, rádio e jornais).

Os meios de divulgação por contacto direto dizem respeito ao contacto interpessoal, ou seja, à transmissão direta da informação, de que é exemplo, o convite feito pessoalmente porta-a-porta. Esta categoria subdivide-se em: (1) contacto direto com jovens, voluntários, pais/encarregados de educação, família e/ou escola, (2) contato direto com parceiros (da associação juvenil), e (3) contato direto através da organização de uma comissão de festas.

Por último, surgem os meios de divulgação internos da associação juvenil.

Os meios de divulgação das ações associativas não são exclusivos, ou seja, a mesma ação pode ter diferentes formas e/ou meios de divulgação. Os resultados apresentam-se na Tabela 23.

Tabela 23.

Meios de Divulgação das Ações das Associações Juvenis

Meios de divulgação	N	(%)
Meios de divulgação digital	246	96.1%
Meios de divulgação tradicional	17	6.6%
Meios de divulgação por contacto direto	5	2.0%
Meios de divulgação internos	3	1.2%
Digital - Website	117	45.7%
Digital - Redes sociais	239	93.4%
Digital - Blog	15	5.9%
Digital - Email, newsletter e/ou boletim informativo	7	2.8%
Tradicional - Flyers, cartazes, outdoors e faixas	4	1.6%
Tradicional - Comunicação social (televisão, rádio, jornal)	13	5.1%
Direto - Jovens, voluntários, família e/ou escola	3	1.2%
Direto - Parceiros	1	0.4%
Direto - Comissão de festas	1	0.4%

Segundo os dirigentes associativos (cf. Tabela 23), a esmagadora maioria das ações das associações é divulgada através dos **meios de divulgação digital** (96.1%), em contraposição com 6.6% das ações que são divulgadas através dos **meios de comunicação ditos tradicionais** ou não digitais. A divulgação **por contato direto e por meios de divulgação internos** das associações juvenis é, em ambas as situações, claramente residual.

Em relação aos meios de divulgação digital, o veículo de transmissão de informação preferencial das associações juvenis são as **redes sociais** (93.4%), que incluem o *facebook*, o *instagram* e o *twitter*, seguidos do **website** (45.7%). Em relação aos meios de divulgação tradicional, privilegia-se a **comunicação social**, isto é, a televisão, rádio e jornais (5.1%).

D. RETRATO SOBRE A LIDERANÇA JUVENIL EM PORTUGAL E SEU IMPACTO

Esta secção do relatório procura apresentar um retrato sobre o que é ser dirigente associativo em Portugal, nomeadamente, reunir informação sobre o seu papel, funções, objetivos, tarefas, atividades, motivações para abraçar esta função, bem como os aspetos considerados menos positivos, como os medos, dúvidas, inseguranças e dificuldades associados a este nível de envolvimento associativo e, por isso, também a identificação e descrição dos aspetos a mudar. Adicionalmente, a importância de, por um lado, pertencer a uma associação juvenil e, por outro, a relevância de dirigir uma associação juvenil foram exploradas pelos dirigentes associativos.

De grande relevância são também as dimensões relacionadas com as questões do desenvolvimento do próprio dirigente – *“que competências tem desenvolvido enquanto dirigente associativo/a?”* – no fundo, que mudanças têm operado sobre si mesmo/a quando reflete sobre o trabalho que tem desenvolvido e sobre a sua participação na associação juvenil. *Estaremos perante mudanças micro ou macro? De natureza pessoal, profissional, ...? São mudanças que impactam outras dimensões de vida de dirigente?*

Deste modo, trata-se de um perfil subjetivo, de opinião pessoal, onde se pretendeu dar voz e espaço a dirigentes para que de forma totalmente livre, sem constrangimentos de tempo ou espaço, pudessem descrever as suas experiências, sob o ponto de vista individual, daquilo que têm sido as vivências de cada um.

Neste sentido, o impacto da associação juvenil e seus domínios de atuação na comunidade e noutras áreas de vida foi também alvo de análise e exploração por parte dos/as dirigentes associativos assim como as suas perspetivas futuras. Como será a associação juvenil no futuro, quais os seus eixos estratégicos, quais os domínios de atuação, que outros públicos-alvo procura ainda captar? De que forma se projeta enquanto dirigente nos próximos anos e que impacto espera que a associação ainda consiga vir a ter no futuro?

Por fim, esta análise compreensiva implica uma contextualização sociohistórica, e por isso, as questões relacionadas com o momento presente foram alvo de reflexão, nomeadamente, os efeitos da pandemia Covid-19, quer na associação juvenil quer, de modo particular, no/a dirigente associativo.

Antes de passar a esse retrato detalhado, obtido a partir das 13 questões abertas colocadas no final do questionário, importa ainda analisar dois aspetos que embora se prendam com a exploração das lideranças juvenis são aspetos mais gerais relacionados com a associação e que foram avaliados sob a forma de perguntas de escolha múltipla: (1) as motivações para a participação na associação (D.1.1) e (2) a origem do conhecimento sobre a existência da associação (D.1.2). São esses os aspetos que serão analisados a seguir

D1. MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO E LIDERANÇA ASSOCIATIVA

D.1.1. MOTIVAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

Um dos pontos importantes quando se analisa o associativismo juvenil são as motivações dos jovens para a participação na associação. No caso dos dirigentes associativos, também essas motivações devem ser consideradas. Ao estudarmos as suas motivações, compreendemos as suas expectativas e qual a origem da sua ligação à associação. O que os faz identificarem-se com estas opções de espaços de vivência societal e assumirem estas funções? O que os conduz a vincularem-se ao associativismo e assumirem lugar de destaque na sua direção? Que outras plataformas alternativas de participação cívica existem nas quais os jovens dirigentes não se revêm e que de alguma forma os conduzem até ao associativismo juvenil e, em particular, à liderança juvenil?

Estas questões foram analisadas com recurso a respostas de escolha múltipla e categorizadas em (1) a coordenação, (2) os colegas, onde se incluem respostas como “*pessoas envolvidas e relações humanas*”, (3) as atividades desenvolvidas, (4) outras. A categoria “*outras*” refere-se a respostas que não se enquadram nas três primeiras categorias, tais como, “*impacto das atividades desenvolvidas*”, “*envolvimento na*

fundação da associação” e “vocação”. A categoria “outras” refere-se também às respostas em que houve uma combinação das várias opções apresentadas. As respostas estão apresentadas no Tabela 24.

Tabela 24.

Motivações para a Participação na Associação

Tipologia de Motivações	N	(%)
A coordenação	6	6.4%
Os colegas	14	14.9%
As atividades desenvolvidas	66	70.2%
Outras	8	8.3%

A grande maioria dos/as dirigentes associativos vincula-se à associação juvenil pelas atividades desenvolvidas (70.2%), o que reforça a ideia de espírito de missão e de identificação do/a dirigente com os objetivos, valores, domínio de atuação, eixos estratégicos, ações e atividades específicas desenvolvidas pela associação juvenil que dirige (cf. Tabela 24).

Como tão bem ilustra um dirigente associativo quando a propósito da questão aberta *“quais as tuas motivações para seres dirigente associativo/a?”* refere *“acredito neste projeto (...) acredito na nossa missão conjunta (...) o gosto que tenho pelo trabalho da associação”*, e outro que diz ainda *“adoro o trabalho desenvolvido na associação”*, enquanto um outro diz também *“ser útil para a comunidade”* e também *“concretizar ações”*, *“promover oportunidades para os jovens”* e ainda *“poder contribuir de uma forma mais relevante e com maior responsabilidade para a prossecução dos objetivos e missão da organização”*.

Neste âmbito, sai realçada a importância de estimular os/as jovens e de os/as captar para o associativismo, bem como o impacto da associação no desenvolvimento local, da região e da comunidade onde se insere. A título de exemplo, um dirigente diz *“sentir*

que posso fazer algo útil pela comunidade (...) o gosto pelo contato próximo com a comunidade” e outro diz ainda “potenciar o papel dos jovens e das associações juvenis na participação em exercícios de elaboração de políticas públicas locais destinadas ou com impacto no setor de juventude, nomeadamente ao nível do empreendedorismo jovem inovador e da criação de estratégias intermunicipais de atração e fixação de jovens para os territórios do interior”.

Em seguida, em número muito menos expressivo, surgem os colegas (14.9%) como motivação para os dirigentes integrarem a associação juvenil. Por colegas entende-se as pessoas envolvidas na associação, quer no momento presente quer no passado. Também aqui, como aconteceu relativamente à categoria anterior, cruzando estes dados com os dados qualitativos (obtidos através de questão aberta), vemos que os/as jovens dirigentes valorizam de facto esta dimensão quando referem *“a amizade e solidariedade”, o “gosto que tenho pelas pessoas da associação”, “espírito de convívio e amizade” e “o companheirismo”* em resposta à questão aberta sobre as motivações para ser dirigente associativo/a. Também o desejo de mudança e desenvolvimento dos membros da associação quando um dirigente associativo diz, por exemplo, *“ajudar os elementos que compõem a associação a crescerem em todos os factores humanos”.*

Em terceiro lugar, surge uma outra motivação para a participação associativa, que diz respeito à *“coordenação”,* categoria essa que possivelmente inclui o próprio dirigente associativo, enquanto *“elemento da Direção e coordenador de atividades”.* Esta categoria é bem ilustrada quando um/a dirigente associativo destaca *“as tarefas de coordenar um grupo variado de pessoas em prol da Associação (...) coordenar pessoas, organizar atividades de team building para que a associação funcione como uma “máquina bem oleada”.*

Por último, a categoria *“outras”* é a menos representada (8.3%). Nesta categoria, destacam-se três tipologias. As respostas relacionadas com a dimensão *“vocação”* que tem também relação com o espírito de missão e com o que um/a dirigente expressou: *“o amor ao associativismo e à associação”.* Também as respostas relacionadas com a dimensão *“o impacto das atividades desenvolvidas”* muito bem representado no discurso de dirigentes associativos quando referem *“poder mudar vidas”, “contribuir*

para um mundo melhor”, “desenvolver algo em prol da sociedade”, “contribuir para o bem-estar coletivo”, e em particular, o impacto nos jovens (por exemplo, o “impacto nos jovens”) e na comunidade/região (por exemplo, o “contributo comunitário”, “maior qualidade de vida na minha comunidade”, “promoção da cultura e desporto da região”, “ajudar a desenvolver o meu concelho e apoiar os jovens do mesmo” e “desenvolver a região onde moro e dar acesso a eventos às pessoas que aqui habitam”). Esta categoria “outras” envolve também outra dimensão importante – “o envolvimento na fundação da associação”, como, de resto, fica bem patente no discurso de um/a dirigente quando refere a propósito das suas motivações para a liderança juvenil “contribuir para o crescimento da associação que ajudei a fundar” e outro ainda “sou a fundadora (...) é uma necessidade que senti que Quarteira precisava”.

D.1.2. CONHECIMENTO SOBRE A EXISTÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO

As motivações para o associativismo e liderança juvenil aparecem também associadas com a forma de conhecimento sobre a existência da associação, ou mesmo a participação do/a jovem na sua fundação.

Tabela 25.

Formas de Conhecimento sobre a Existência da Associação Juvenil

Formas de conhecimento	N	(%)
Fiz parte da sua criação/fundação	38	40.4%
Escola, professores, colegas	20	21.3%
Amigos, vizinhos	17	18.1%
Família	9	9.6%
Meios de comunicação	6	6.4%
Outras	4	4.4%

Como se pode observar na Tabela 25, cerca de 40% dos/as jovens dirigentes estiveram diretamente ligados/as à criação ou fundação da própria associação. Neste sentido, o vínculo estabelecido por esse facto parece ser marcante para a dedicação ao associativismo juvenil e, neste particular, para a motivação em assumir funções dirigentes.

Outro resultado relevante, para além do contributo dos “amigos e vizinhos” (forma de conhecimento à priori mais esperada), prende-se com o papel da escola e dos/as docentes na disseminação de informação a propósito das associações juvenis. Com efeito, mais de 20% de dirigentes associativos tiveram conhecimento sobre a sua associação através do contexto escolar.

D.1.3. MOTIVAÇÕES PARA A LIDERANÇA ASSOCIATIVA

A liderança associativa jovem pode ancorar transformações a nível individual e coletivo, sendo relevante para estimular o envolvimento e o compromisso de jovens, bem como a sua consciência para o papel que podem ter na transformação social em diferentes escalas.

Assim, e no alinhamento com questões anteriores, procuramos analisar o espectro de motivações de participantes deste estudo para terem se tornado dirigentes. As respostas obtidas levaram-nos a organizar em a motivação em 3 dimensões distintas e com a seguinte frequência:

- Motivações intrínsecas às associações - 32
- Motivações para fins comunitários - 52
- Motivações individuais - 30

As diferentes dimensões, ou tipologias de motivação, podem ser encontradas nos mesmos indivíduos não sendo mutuamente exclusivas.

MOTIVAÇÕES INTRÍNSECAS ÀS ASSOCIAÇÕES

Um conjunto significativo de respostas indicam que um dos principais motivos que levam jovens a tornarem-se líderes associativos prende-se com a organização em si mesma. Percebe-se um vasto número de respostas relacionadas com sentimento de pertença e sentido de retribuição à associação por parte de dirigentes, sabendo-se, por dados já apresentados neste documento, que um número significativo esteve envolvido na associação desde a sua fundação. Ao considerar que grande parte dos participantes encontra nas associações aspetos que se identifica e que, para além de dirigentes, são associados, ou seja, possuem apreço pela entidade que os recebeu e formou, não é de se estranhar que existam respostas com um cunho de carinho, - “Acredito na nossa missão conjunta” - gratidão, - “O amor à associação à qual presido” - e ambição - “Fazer a associação crescer e prestar o melhor serviço em prol do desporto e saúde dos seus associados”.

Entende-se que há dirigentes que conciliam um sentido de responsabilidade e valores individuais com o impulso para definir e atingir resultados que beneficiem o coletivo.

MOTIVAÇÕES PARA FINS COMUNITÁRIOS

A maior parte das respostas sobre motivos para a liderança enquadra-se na dimensão que inclui aspetos relacionados com a comunidade. Estes resultados vão ao encontro dos resultados observados sobre a perceção do impacto das associações nas comunidades em que se inscreve a sua ação. Expressam-se aqui sentimentos de mudança e de criação, considerando que o trabalho contribui para uma causa maior, e para uma transformação social- “Contribuir para um mundo melhor” - além de sentirem-se úteis e parte do processo - “Ser útil para a comunidade”.

Nesta dimensão, há respostas mais concretas e que se fundam num impulso para um maior e melhor desenvolvimento em contextos de proximidade - “Ajudar a desenvolver o meu concelho e apoiar os jovens do mesmo” - assim como aumentar a qualidade de vida de onde residem - “Desenvolver a região onde moro, e dar acesso a eventos às pessoas que aqui habitam”.

MOTIVAÇÕES INDIVIDUAIS

No âmbito das motivações de carácter mais individual, algumas das respostas que aqui são contabilizadas não possuem cunho puramente individualista, dando conta de desejos pessoais do participante, mas que não se reduzem ao benefício apenas do próprio - “Poder mudar vidas”. Normalmente, é voltada a aprendizagem de competências, - “Adquirir competências profissionais e pessoais, gostar de liderar pessoas e contribuir para o seu crescimento.” - a possibilidade de convívio, - “Espírito de convívio e amizade” - e desenvolvimento capacidades interpessoais - “Desenvolvimento de capacidades que o curso não me proporciona”.

Este tipo de motivações demonstra também a leitura que fazem sobre o que o envolvimento na liderança associativa pode proporcionar e o benefício de se exporem aprendizagens experienciais em diferentes contextos de educação, como o associativismo.

D2. COMPETÊNCIAS E IMPACTO DA LIDERANÇA ASSOCIATIVA

D.2.1. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LIDERANÇA ASSOCIATIVA

É reconhecido que o envolvimento de jovens na liderança de projetos ou atividades cria oportunidades de desenvolvimento, nomeadamente ao nível de competências, sejam estas de natureza sócio-emocional, de colaboração, de gestão ou de comunicação. As perceções de dirigentes sobre as competências que desenvolvem durante o seu trabalho com a associação organizam-se em três dimensões:

- Competências organizacionais - 49
- Competências relacionais e comunicativas - 59
- Competências de liderança - 52

COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS

No âmbito das competências de foro organizacional vamos encontrar aspetos relacionados com disciplina, organização, rigor, planeamento e gestão de recursos. Destaca-se aqui a referência a competências práticas, como gestão do tempo, de atividades e de pessoas: “Conseguir gerir melhor o trabalho e as pessoas” ou “Ser mais objetivo e assertivo”

Neste âmbito, os dirigentes reconhecem que este seu papel lhes permite adquirir conhecimentos específicos e que se traduzem em competências organizacionais mais sólidas: “Maior conhecimento em diferentes áreas (legislação; cidadania; educação; cultura; etc)”. Adicionalmente, entendem que as competências organizacionais que adquirem poderão ser transferíveis para contextos futuros, nomeadamente ao nível do mundo do trabalho: “Aspetos burocráticos, aspetos relacionados com a minha função enquanto futura profissional de saúde e lidar com pessoas carenciadas via voluntariado”.

COMPETÊNCIAS RELACIONAIS E COMUNICATIVAS

No que diz respeito ao desenvolvimento de competências socioemocionais e comunicação, a dimensão mais expressiva, as respostas apontam para as chamadas soft skills que não sendo propriamente ensinadas e são adquiridas em experiências desta natureza, destacando-se a empatia e a flexibilidade. Aspetos como “Diálogo cooperativo”; “capacidade de escuta”; “comunicação assertiva”; ou “relacionamento interpessoal” são alguns dos aspetos referidos no âmbito de competências comunicacionais. Destacaram, ainda, no âmbito desta dimensão, competências de mediação ao nível da resolução de conflitos, gestão de relações sociais e inteligência emocional.

COMPETÊNCIAS DE LIDERANÇA

Nesta dimensão destacam-se referências que identificam o conceito de liderança caracterizado predominantemente pelo sentido de responsabilidade e pela capacidade

de resolução de problemas. De modo mais operativos vamos encontrar aqui aspetos relacionados com a habilidade do participante de reconhecer e assumir o papel de um líder tendo em consideração as pressões e expectativas internas e externas. Assim, muitas das pessoas dirigentes que responderam apontaram aspetos relacionados com a aquisição de "Soft-skills": liderança, gestão de tempo, sentido de responsabilidade, gestão de pessoas", bem como o desenvolvimento de "capacidade de decisão, de discernimento", "pensamento estratégico" e "fomentar espírito de equipa".

D.2.2. IMPACTO DA ASSOCIAÇÃO NA COMUNIDADE: PERCEÇÕES, EXPECTATIVAS E DESEJOS DE MUDANÇA DE DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

As respostas de 93 inquiridos à questão aberta sobre o impacto das Associações Juvenis nas suas comunidades distribuíram-se pelas seguintes categorias emergentes:

- a) Impacto no desenvolvimento da comunidade – 59;
- b) Impacto na promoção participação/envolvimento social e cívico 23;
- c) Impacto no Reconhecimento do trabalho da associação – 12;
- d) Impacto no âmbito da educação/formação e transição para o mundo do trabalho

- 10

Estas incidências diferenciadas ainda que possam refletir a natureza da própria questão, mais voltadas para compreender as perceções que dirigentes têm sobre o papel da associação na comunidade, indicam também entendimentos específicos sobre comunidade e demonstram que a abrangência deste tipo de organizações pode ser diversificada, ainda que dominante em aspetos mais tradicionalmente associados a este tipo de organizações e populações jovens.

IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE A NÍVEL SOCIAL, CULTURAL E BEM-ESTAR

Entende-se que o impacto das associações juvenis se realiza com mais evidência ao nível do desenvolvimento da comunidade e da diversidade das suas populações. É neste alinhamento que se pode compreender um papel ao nível da inclusão, da promoção de igualdade de oportunidades, entendendo-se que podem promover a integração das diferenças. Este campo de ação pode ter uma expressão mais localizada – “maior integração das variadas comunidades dentro do bairro” –, ou mais vasta “A transformação de pessoas e realidades” (Q79).

As associações identificam o apoio social e económico como áreas onde incide a sua ação e impacto que se amplia quando entendem que pelo seu lugar estratégico podem estimular o próprio desenvolvimento dos seus contextos de proximidade. Assim, entendem que “dar respostas sociais à comunidade envolvente” (Q84) é a sua função, bem como trabalhar para que “um dia possa apoiar todos os que necessitam dela, sem qualquer obstáculo financeiro” (Q33). Colocam-se no centro das ações e atitudes a promover, nomeadamente quando consideram aspetos de desenvolvimento económico: Q76- “Que o Festival que organizamos anualmente, traga um maior público ao Concelho e que fomente o comércio local, bem como todas as atuações que realizamos diversas vezes por ano alegre todas as pessoas da comunidade.”

Assim, o enquadramento das ações ou atividades associativas enquadra-se numa perspetiva mais ampla e que vai além do perímetro da associação parece ser um dos aspetos evidenciados.

A perceção sobre o impacto que consideram ter na comunidade estende-se também a aspetos relacionados com mudanças ao nível da comunidade, quer seja, na transformação de pequenos hábitos e mentalidades, na promoção de uma comunidade mais solidária, quer seja no exercício de “criar uma comunidade mais consciente” (Q12), com um “melhor e maior envolvimento” (Q5) e colaborativa.

O papel que percecionam que uma associação pode ter pode ser antecipatório, reconhecendo-se a relevância do investimento que se faz no presente. A citação que a seguir se apresenta reflete esta posição: “Ao inculcar nos jovens valores que consideramos essenciais no crescimento destes como seres humanos estaremos a

formar uma melhor comunidade, uma comunidade com mais consciência, mais atenta e interventiva face aos problemas da atualidade” (Q89).

Neste seguimento, encontramos posicionamentos que consideram que uma associação juvenil pode ter impacto na medida em que prepara terreno futuro, cria condições, forma sujeitos e impulsiona redes: “Que inspire a mais projetos a ser criados” (Q68); “Que seja uma parceira” (Q18); “Promova atividades criativas e inovadoras para a comunidade” (Q77).

Nesta dimensão vamos ainda encontrar a referência, quer ao reconhecimento do impacto das associações juvenis no que diz respeito à promoção de hábitos de vida saudável e desporto, quer na promoção de hábitos conscientes ao nível do consumo cultural. A este nível destaca-se o impacto ao nível da formação de públicos para diversas formas culturais, ou ao nível da valorização do património.

IMPACTO NA PROMOÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO SOCIAL E CÍVICO

Um das dimensões mais enfatizadas, no que concerne à perceção sobre o impacto das associações juvenis, diz respeito à promoção de um maior envolvimento e participação, principalmente a nível cívico. Reconhecem o seu impacto ao nível de uma maior clarificação e consciência social da comunidade para o papel que pode ter, nomeadamente na integração de pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Entendem que têm o papel de estimular para o envolvimento em ações em domínios do quotidiano, através de ações de voluntariado, ou de criar espaços para uma maior participação política estruturada, formando para o exercício de uma cidadania. Como se refere, reconhecem o seu impacto ao “fazer com que as pessoas se apercebam daquilo que podem fazer para tornar o mundo um lugar melhor” (Q14). Para além de considerarem o seu papel ao “fomentar a participação dos jovens” (Q19), a sua visão integra a ideia de que a participação e envolvimento jovem pode ter um efeito de desenvolvimento coletivo, pessoal e social, muitas vezes, valorizando os jovens na sua ação local – “que os jovens não fiquem em casa agarrados a um pc mas que ponham "as mãos na massa" e lutem por uma aldeia melhor e mais ativa” (Q91).

Os/As dirigentes associativos jovens que respondem a esta questão, reconhecem, portanto, a importância do seu papel na comunidade, perspetivando-o como fundamental para o desenvolvimento do espírito crítico e a participação efetiva dos jovens na comunidade.

IMPACTO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Dado o âmbito de atuação de muitas das associações que responderam, algumas respostas apontam também para aspetos relacionados com as preocupações de jovens enquanto estudantes, nomeadamente relacionado com sucesso académico, mas também com as transições para o mundo do trabalho.

Assim, as associações consideram que têm relevância na promoção de literacia em áreas como a saúde, *soft skills*, e no garantir de melhores condições para o futuro de jovens, contribuindo para a sua integração no mercado de trabalho. Consideram que podem contribuir para o desenvolvimento de competências necessárias para o mundo do trabalho – “Espero que faça os alunos sair do curso com mais formação que não só o curso em si (*soft skills*)” (Q73).

IMPACTO NO RECONHECIMENTO DO TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO

Uma dimensão final dá conta de expectativas de dirigentes sobre o impacto que esperam que surja no âmbito da própria associação. Neste sentido, são inúmeras as respostas que indicam que as associações procuram ser reconhecidas pelo seu desempenho/atuação no envolvimento e desenvolvimento na comunidade e dos seus indivíduos, em particular, jovens.

O reconhecimento pode ser considerado um indicador do impacto que têm junto de comunidades e, daí, ser um aspeto valorizado. Contudo, o desejo de reconhecimento toma muitas formas. Se encontramos o desejo de reconhecimento por si só, de modo mais abstrato, há respostas que apontam para formas de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em áreas específicas – “Espero que sejamos reconhecidos por dar

conhecimento a importância da inclusão social e sustentabilidade" (Q85); "ser reconhecida como ativa e proporcionar aos jovens atividades do seu gosto" (Q88) – ou pela marca que deixam na comunidade e em figuras – "Espero que a Associação constitua um marco importante na vida dos membros da comunidade estudantil, que seja uma bandeira da inovação estudantil" (Q7), "Que seja um marco para a qualidade jovem" (Q10) –

D.2.3. IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19 NAS ASSOCIAÇÕES E NA LIDERANÇA ASSOCIATIVA

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS ASSOCIAÇÕES

As respostas dos 94 dirigentes à questão aberta sobre o impacto da pandemia COVID-19 na associação juvenil distribuíram-se pelas seguintes categorias emergentes:

- Grau - 39
- *Downsize* (vs. *Up*) - 9
- Cancelamento - 29
- Generativo - 8
- Reestruturação - 25
- Distância (vs. Proximidade/*engagement*) - 6
- Emocionalidade - 6

Grau

Por "Grau" entende-se algo que enquadra/engloba a menção de "impacto", quer na estrutura, quer na capacidade de manter/possibilidade de levar a cabo a

“missão”/actividades regulares ou planeadas pela associação; entende-se como algo que afecta o funcionamento, independentemente de impor/ditar reconfigurações ao nível da estrutura, como é patente no discurso do dirigente Q10 quando refere “*Não conseguimos realizar o nosso plano de actividades por completo*”; [Impacto] “*elevado*” (Q55).

Downsize

Por “Downsize” entende-se algo que decorre da pandemia, mas que impõe alterações de tipo mais permanente com um cariz mais intencional/mais focada na resposta da estrutura organizacional face aos constrangimentos da pandemia, (e.g., despedimentos; mudanças de instalações), sendo exemplos verbalizações como “*Redução da actividade em 95%*” (Q10) “*Redução de alunos e da actividade*” (Q91).

Cancelamento

Por “Cancelamento” entende-se a redução/extinção de serviços/actividades previstas pela associação, mais ou menos regulares, que por condicionamento sanitário ou antevista falta de adesão se tornaram inviáveis em consequência da pandemia; “*...certos eventos que tiveram de mudar quase por completo ou foram cancelados*”(Q74) e “*não conseguimos realizar a colónias de férias como antes*” (Q86).

Generativo

Por “Generativo” entende-se um *outcome* positivo *non sequitur*, ou seja, uma nova oferta ou desenvolvimento das acções desenvolvidas e/ou recursos humanos, em consequência da necessidade de adaptação à pandemia. São disto exemplos novas/criativas soluções que acrescem recursos/ferramentas, variedade da oferta e desenvolvimento pessoal dos intervenientes assim como clima organizacional; “*permitiu-nos apostar numa maior abrangência a nível nacional*” (Q19) e “*criativo, alternativo, inovador, com recurso a novas ferramentas e novos produtos*” (Q26).

Reestruturação

Por “Reestruturação” entende-se a necessidade de adaptação operacional, respeitante ao domínio de ferramentas que permitam dar resposta p.e., carácter remoto do trabalho bem como à menor disponibilidade de espaços, recursos e colaboradores presentes; *“fez mudar por completo o modo de atuação da associação que teve de passar por exclusivamente online”* (Q8).

Distância

Por “Distância” entendem-se as amostras discursivas respeitantes a dificuldade/menor afinidade em trabalhar de forma remota/isolada, assim como o impacto desta imposição no tecido social das equipas; *“a associação cresceu com a pandemia, mas os seus membros tornaram-se por consequência mais distantes, já ninguém conhece todos os outros associados”* (Q6).

Emocionalidade

Por “Emocionalidade” entende-se o discurso ligado a fatores como motivação e receios face à disrupção da organização do trabalho e à incerteza associada à gestão pandémica; *“a motivação de um modo geral diminuiu”* (Q74); *“Medo”* (Q7).

O IMPACTO DA PANDEMIA NO DESEMPENHO DO PAPEL DE DIRIGENTES

As respostas dos 94 dirigentes à questão aberta sobre o impacto da pandemia COVID-19 no seu papel de dirigente associativo distribuíram-se pelas seguintes categorias emergentes:

- Grau - 28
- Reestruturação - 25
- Generativo - 9

- Distância - 5
- Cancelamento - 7
- Constrangimento operacional - 5
- Ameaça existencial - 1
- Emocionalidade - 8
- Impacto financeiro - 2
- Reflexão pessoal - 7

Grau

Por “Grau” entende-se algo que enquadra/engloba a menção de “impacto”, quer na estrutura, quer na capacidade de manter/possibilidade de levar a cabo a “missão” /atividades regulares ou planeadas pela associação; entende-se como algo que afeta o funcionamento, independentemente de impor/ditar reconfigurações ao nível da estrutura, como é patente no discurso do dirigente Q10 quando refere “*Limitou tudo*” (Q12); “*Algum impacto*” (Q3).

Reestruturação

Por “Reestruturação” entende-se a necessidade de adaptação operacional, respeitante ao domínio de ferramentas que permitam dar resposta p.e., carácter remoto do trabalho bem como à menor disponibilidade de espaços, recursos e colaboradores presentes; “*houve a necessidade de adaptações para nos mantermos em comunicação*” (Q34); “*(...) o contacto com os membros tem de ser feito de formas alternativas, que nem sempre são tão eficazes como o contacto próximo*” (Q48).

Generativo

Por “Generativo” entende-se um *outcome* positivo *non sequitur*, ou seja, uma nova oferta ou desenvolvimento das acções desenvolvidas e/ou recursos humanos, em

consequência da necessidade de adaptação à pandemia. São disto exemplos novas/criativas soluções que crescem recursos/ferramentas, variedade da oferta e desenvolvimento pessoal dos intervenientes assim como clima organizacional; *“obrigou-me a dar mais horas à casa e a ser criativo”* (Q52), *“superação”* (Q69) e *“maior resiliência”* (Q94).

Distância

Por “Distância” entendem-se as amostras discursivas respeitantes a dificuldade/menor afinidade em trabalhar de forma remota/isolada, assim como o impacto desta imposição no tecido social das equipas; *“a direção distanciou-se dos associados, por via da distância física e a comunicação com todos tornou-se mais difícil”* (Q6) e, no sentido inverso, *“aproximação aos membros da organização”* (Q31).

Cancelamento

Por “Cancelamento” entende-se a redução/extinção de serviços/atividades previstas pela associação, mais ou menos regulares, que por condicionamento sanitário ou antevista falta de adesão se tornaram inviáveis em consequência da pandemia; *“dificuldade na promoção das atividades por falta de comparências”* (Q7) e *“menos participação na comunidade”* (Q38).

Constrangimento operacional

Por “Constrangimento operacional” entende-se o impacto quotidiano/corrente na organização do trabalho, ou seja, o discurso encontra-se ao nível da dificuldade/“praticidade” em coordenar/alocar tarefas aos recursos materiais e humanos, entretanto reconfigurados (a jusante da reestruturação); *“(…) todo o trabalho, antes da pandemia era feito nas instalações da associação e com a chegada da pandemia foi preciso uma adaptação...”* (Q75).

Ameaça existencial

Por “ameaça existencial” entendem-se situações em que, na sequência da pandemia, o dirigente questiona a mera existência/possibilidade de continuação da associação e/ou a manutenção da sua missão; *“Repensar a atuação da associação”* (Q17).

Emocionalidade

Por “Emocionalidade” entende-se o discurso ligado a fatores como motivação, receios, disponibilidade e responsabilidades acrescidas face à disrupção da organização do trabalho e à incerteza associada à gestão pandémica; *“criou mais responsabilidade e ainda veio ao de cima a importância que poderei ter perante os jovens”* (Q43); *“incapacidade de agir”* (Q91).

Impacto financeiro

“Impacto financeiro” refere-se à menção direta à perda de receitas; *“redução financeira drástica que teve repercussões nos compromissos salariais”* (Q47).

Reflexão pessoal

Por “reflexão pessoal” entende-se o discurso/considerações sobre o impacto da pandemia no próprio, *“tornou-me mais preparado para a mudança e adversidade”* (Q40); *“fiz-me pensar em novas formas de atuar”* (Q90); *“diminuí o meu interesse, que, entretanto, já foi recuperado”* (Q92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de associações representadas neste estudo de abrangência nacional atua, na sua maioria, ao nível do município. Uma parte significativa tem mais de 150 associados (42.6%) e, de igual modo, acolhe associados entre os 18 e os 23 anos (44.7%). Quase metade dos dirigentes que responderam ao questionário dedicam mais de 10 horas mensalmente às atividades da associação.

Os domínios de atuação das associações são muito diversificados e que traduzem a natureza específica das associações, sua missão e objetivos específicos, mas também dão conta de fortes incidências de atuação, por exemplo, na área da cultura, lazer e do património, mas também na área da educação e formação, do desporto ou da participação cívica e ação social. Estes são os domínios de atuação em que o associativismo jovem, em geral, é mais forte, sólido e com continuidade e podem ser reveladores do papel social que podem ter enquanto provedores de serviços para jovens e a comunidade mais alargada. Estes domínios de atuação operacionalizam-se através de uma diversidade de atividades e ações, quer pontuais, quer sistemáticas, mas a grande maioria das associações executa as suas ações anualmente.

Outras áreas de atuação, ainda que em menor percentagem, podem ser indicativas de interesses emergentes junto da população jovem ou resultar da identificação de novos desafios sociais. Aspetos como mobilidade, migrações, cidadania global e ambiente são alguns exemplos nesta matéria e que podem sugerir avenidas de interesse e de investimento de jovens. Neste sentido, e ainda que as respostas não tenham sido em número elevado, apontam-se como domínios de atuação a explorar no futuro áreas como as competências digitais, solidariedade social, empreendedorismo, entre outros.

Cerca de 94% das associações presentes neste estudo desenvolvem o seu projeto a pensar na sua população, jovens, incluindo estudantes, mas há casos em que outras gerações são o foco da sua ação, como crianças ou pessoas idosas. É de realçar que a comunidade, em geral, foi identificada como o foco da atuação de cerca de 21% das associações, o que tem correspondência com os resultados dos dados qualitativos sobre

as expectativas que os dirigentes têm sobre o impacto da associação ao nível do desenvolvimento cultural, social e para o bem-estar da comunidade.

De referir que, dada a natureza e foco de atuação, as associações têm privilegiado modos de comunicação digital, seja através de plataformas, seja através de redes sociais, ainda que algumas mantenham formas mais tradicionais de interação.

A par de uma forte expectativa que os dirigentes têm sobre o impacto das associações ao nível do desenvolvimento da comunidade, esperam também contribuir para a promoção do envolvimento social, participação cívica e política, bem como para o apoio a trajetórias de educação e formação mais positivas.

O trabalho em rede, na sua forma de parcerias, tem sido entendido como um fator que fortalece as organizações, a sua capacidade de atuação e impacto. As parcerias são feitas na sua maioria, com entidades públicas e, particularmente, com as autarquias, mas também com outros organismos públicos de âmbito nacional, ainda que sejam referidas entidades privadas, como outras associações e empresas.

Serem reconhecidos por diferentes instâncias pelo trabalho desenvolvido é uma das aspirações dos dirigentes. Contudo, do conjunto de motivações que os levam a envolverem-se no associativismo são as atividades desenvolvidas aquela que colhe maior concordância (70.2%).

As motivações apontadas por dirigentes para o seu envolvimento em atividades de liderança associativa situam-se desde o foco mais individual, ao comunitário, passando por motivações relacionadas com a própria associação. As intencionalidades de pugnar pelo desenvolvimento e transformação da comunidade justificam motivações relacionadas com esta dimensão e que espelham resultados relacionados com o forte impacto na comunidade que esperam que a ação da associação que lideram tenha.

Os resultados em torno das competências que dirigentes entendem desenvolver - competências de organização, relacionamento e comunicação, e liderança - podem ser considerados diferentes recortes de um conceito de liderança compósito - que gere, escuta e faz. O modo como as próprias respostas foram dadas permitiram observar que,

na sua maioria, as pessoas dirigentes têm um entendimento integrado da liderança e que nela reveem aspetos em interligação. Daí, do mesmo sujeito termos extraído aspetos que integramos em diferentes categorias. Dada a diversidade de competências que podem ser desenvolvidas ou potenciadas através do envolvimento de jovens em oportunidades de liderança, a construção de modelos ecológicos de desenvolvimento de competências pode ser relevante equacionar.

Como aconteceu nas diversas esferas da vida, a pandemia teve impacto no modo como a vida associativa, de carácter coletivo, relacional e de proximidade, se passou a desenrolar. É esse o sentimento geral referido pelas pessoas dirigentes deste estudo quando questionados sobre o impacto que considera que a pandemia teve no papel de dirigente.

A análise das respostas às questões sobre o impacto da COVID-19 aponta para uma visão da pandemia como fator disruptivo que prejudicou o bom funcionamento das associações, afetando a comunicação entre membros, mas também revelou a capacidade de adaptação e de transformação de muitas associações, sendo referida, por vezes esta situação como uma oportunidade para melhor refletirem sobre a sua atuação e continuidade.

De destacar que a maioria das respostas indica que as associações e suas lideranças tiveram uma grande capacidade de adaptação, de reverter em seu favor as dificuldades, nomeadamente decorrentes de novas formas de comunicação, e de desenvolverem estratégias para manterem as atividades e a ligação.

BIBLIOGRAFIA

- Alex-Assensoh, Y. M. (2005). *Democracy at risk: How political choices undermine citizen participation and what we can do about it*. Brookings Institution Press.
- Alexander, D. T., Barraket, J., Lewis, J. M., & Considine, M. (2012). Civic engagement and associationalism: The impact of group membership scope versus intensity of participation. *European Sociological Review*, 28(1), 43-58.
- Azevedo, C. N., & Menezes, I. (2009). Transition to democracy and citizenship education in Portugal: changes and continuities in the curricula and in adolescents' opportunities for participation.
- Bacalso, C. (2016). Lab 1: how to give young people with fewer opportunities a voice?
- Badescu, G., & Neller, K. (2007). Explaining associational involvement. In *Citizenship and Involvement in European Democracies* (pp. 182-211). Routledge.
- Bakker, T. P., & De Vreese, C. H. (2011). Good news for the future? Young people, Internet use, and political participation. *Communication research*, 38(4), 451-470.
- Ballard, P. J. (2014). What motivates youth civic involvement? *Journal of Adolescent Research*, 29(4), 439-463.
- Banaji, S. (2008). The trouble with civic: a snapshot of young people's civic and political engagements in twenty-first-century democracies. *Journal of youth studies*, 11(5), 543-560.
- Barnes, M., Newman, J., Knops, A., & Sullivan, H. (2003). Constituting 'the public' in public participation. *Public administration*, 81(2), 379-399.
- Bell J. et al. (2008), Rewriting the rules for youth participation – Inclusion and diversity in government and community decision making,

https://docs.education.gov.au/system/files/doc/other/rewriting_the_rules_for_youth_participation.pdf

Bessant, J. (2004). Mixed messages: Youth participation and democratic practice. *Australian journal of political science*, 39(2), 387-404.

Binder, A., Heiss, R., Matthes, J., & Sander, D. (2021). Dealigned but mobilized? Insights from a citizen science study on youth political engagement. *Journal of Youth Studies*, 24(2), 232-249. doi:10.1080/13676261.2020.1714567

Black, R., Walsh, L., & Taylor, F. (2011). Young people on the margins: What works in youth participation. *Youth Studies Australia*, 30(1), 42-48.

Cahill, H., & Dadvand, B. (2018). Re-conceptualising youth participation: A framework to inform action. *Children and Youth Services Review*, 95, 243-253.

Checkoway, B. (2011). What is youth participation?. *Children and youth services review*, 33(2), 340-345.

Checkoway, B. (2012). *Youth participation and community change*. Routledge.

Checkoway, B., & Aldana, A. (2013). Four forms of youth civic engagement for diverse democracy. *Children and Youth Services Review*, 35(11), 1894-1899.

Checkoway, B., & Richards-Schuster, K. (2003). Youth participation in community evaluation research. *American journal of evaluation*, 24(1), 21-33.

Checkoway, B., Allison, T., & Montoya, C. (2005). Youth participation in public policy at the municipal level. *Children and youth services review*, 27(10), 1149-1162.

Cicognani E. et al. (2012), "Gender differences in youths' political engagement and participation. The role of parents and of adolescents' social and civic participation". *Journal of Adolescence*, 35, pp. 561-576.

Collin, P. (2008). *Young people imagining a new democracy: Literature review*.

- Farthing, R. (2010). The politics of youthful antipolitics: representing the 'issue' of youth participation in politics. *Journal of youth studies*, 13(2), 181-195.
- Ferreira, P. M. (2008) Associações e democracia. Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?, *Sociologia, problemas e Práticas*, 57, 109-130.
- Flanagan, C., & Levine, P. (2010). Civic engagement and the transition to adulthood. *The future of children*, 159-179.
- Frank, K. I. (2006). The potential of youth participation in planning. *Journal of Planning Literature*, 20(4), 351-371.
- Fridkin, K. L., Kenney, P. J., & Crittenden, J. (2006). On the margins of democratic life: The impact of race and ethnicity on the political engagement of young people. *American Politics Research*, 34(5), 605-626.
- Frisco, M. L., Muller, C., & Dodson, K. (2004). Participation in voluntary youth-serving associations and early adult voting behavior. *Social Science Quarterly*, 85(3), 660-676.
- Fung, A. (2003) Associations and Democracy: between theories, hopes and realities. *Annual Review Sociology*, 29, 515-539.
- Gaby, S. (2017). The civic engagement gap (s): Youth participation and inequality from 1976 to 2009. *Youth & Society*, 49(7), 923-946.
- Gaiser, W., De Rijke, J., & Spannring, R. (2010). Youth and political participation—empirical results for Germany within a European context. *Young*, 18(4), 427-450.
- Goldman, S., Booker, A., & McDermott, M. (2008). Mixing the digital, social, and cultural: Learning, identity, and agency in youth participation. *Youth, identity, and digital media*, 216, 216.
- Gurstein, P., Lovato, C., & Ross, S. (2003). Youth participation in planning: Strategies for social action. *Canadian journal of urban research*, 249-274.

- Hanks, M. (1981). Youth, voluntary associations, and political socialization. *Social Forces*, 60(1), 211-223.
- Head, B. W. (2011). Why not ask them? Mapping and promoting youth participation. *Children and Youth services review*, 33(4), 541-547.
- Hooghe, M. (2003). Participation in voluntary associations and value indicators: The effect of current and previous participation experiences. *Nonprofit and voluntary sector quarterly*, 32(1), 47-69.
- Jamieson, L., & Grundy, S. (2005). Political participation and European citizenship identity. *Revisiting youth political participation*, 121.
- King, K., & Church, A. (2015). Questioning policy, youth participation and lifestyle sports. *Leisure studies*, 34(3), 282-302.
- Lee, N. J., Shah, D. V., & McLeod, J. M. (2013). Processes of political socialization: A communication mediation approach to youth civic engagement. *Communication Research*, 40(5), 669-697.
- Lenzi, M., Vieno, A., Perkins, D. D., Santinello, M., Elgar, F. J., Morgan, A., & Mazzardis, S. (2012). Family affluence, school and neighbourhood contexts and adolescents' civic engagement: A cross-national study. *American journal of community psychology*, 50(1-2), 197-210.
- Levine, P. (2007). The Future of Democracy: Developing the Next Generation of American Citizens: A nonpartisan clarion call for civic renewal to restore American democracy. *Philosophy and Public Policy Quarterly*, 27(3-4), 18-19.
- Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. A. (2014). The networked young citizen: social media, political participation and civic engagement.
- Loncle, P., & Cuconato, M. (Eds.). (2012). *Youth participation in Europe: Beyond discourses, practices and realities*. Policy Press.

- McFarland, D. A., & Thomas, R. J. (2006). Bowling young: How youth voluntary associations influence adult political participation. *American sociological review*, 71(3), 401-425.
- Menezes, I. (2003). Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects. *European educational research journal*, 2(3), 430-445.
- Morales, L., & Geurts, P. (2007). Associational involvement. In *Citizenship and involvement in European democracies* (pp. 159-181). Routledge.
- Östman, J. (2012). Information, expression, participation: How involvement in user-generated content relates to democratic engagement among young people. *New media & society*, 14(6), 1004-1021.
- Pelevin, S., Taubaev, B., Tileubergenov, Y., & Vasiliev, A. (2018). The participation of youth of western countries in political life of the society. the youth in the political life of the society. *J. Advanced Res. L. & Econ.*, 9, 761.
- Pickard S. and Bessant J. (2018), "Introduction", In Pickard S. and Bessant J. (eds), *Young People Re-Generating Politics in Times of Crises, Palgrave Studies in Young People and Politics, Palgrave Macmillan, Cham*. pp. 1-16. https://doi.org/10.1007/978-3-319-58250-4_1
- Pontes, A. I., Henn, M., & Griffiths, M. D. (2019). Youth political (dis) engagement and the need for citizenship education: Encouraging young people's civic and political participation through the curriculum. *Education, Citizenship and Social Justice*, 14(1), 3-21.
- Print, M. (2007). Citizenship education and youth participation in democracy. *British Journal of Educational Studies*, 55(3), 325-345.
- Quintelier, E. (2008). Who is politically active: The athlete, the scout member or the environmental activist? Young people, voluntary engagement and political participation. *Acta sociologica*, 51(4), 355-370.

- Schelbe, L., Chanmugam, A., Moses, T., Saltzburg, S., Williams, L. R., & Letendre, J. (2015). Youth participation in qualitative research: Challenges and possibilities. *Qualitative Social Work, 14*(4), 504-521.
- Shiller, J. T. (2013). Preparing for democracy: How community-based organizations build civic engagement among urban youth. *Urban education, 48*(1), 69-91.
- Sloam, J. (2013). 'Voice and equality': Young people's politics in the European Union. *West European Politics, 36*(4), 836-858.
- Sloam, J. (2016). Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union. *The British Journal of Politics and International Relations, 18*(3), 521-537
- Soler-i-Martí, R., & Ferrer-Fons, M. (2015). Youth participation in context: the impact of youth transition regimes on political action strategies in Europe. *The Sociological Review, 63*, 92-117.
- Taft, J. K., & Gordon, H. R. (2013). Youth activists, youth councils, and constrained democracy. *Education, Citizenship and Social Justice, 8*(1), 87-100.
- Theocharis, Y., & Quintelier, E. (2016). Stimulating citizenship or expanding entertainment? The effect of Facebook on adolescent participation. *New Media & Society, 18*(5), 817-836.
- Torpe, L. (2003). Democracy and associations in Denmark: Changing relationships between individuals and associations?. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, 32*(3), 329-343.
- Van der Meer, T. W., & Van Ingen, E. J. (2009). Schools of democracy? Disentangling the relationship between civic participation and political action in 17 European countries. *European Journal of Political Research, 48*(2), 281-308.

- Van Deth, J. W. (2006). Democracy and involvement: the benevolent aspects of social participation. In *Political disaffection in contemporary democracies* (pp. 123-151). Routledge.
- Viegas, J. M. L. (2004) Implicações Democráticas das Associações Voluntárias. O caso português numa perspetiva europeia. *Sociologia, problemas e Práticas*, 46, 33-50.
- Yoldaş, Ö. B. (2015). Civic education and learning democracy: their importance for political participation of young people. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 174, 544-549.

APÊNDICE A

Questionário Dirigentes Associativos/as: Indicadores e Evidências de Impacto do Associativismo Juvenil



Cara/o dirigente associativo/a,

O presente questionário faz parte do estudo sobre o Impacto das Associações Juvenis nos seus associados/as jovens e na comunidade e é promovido pela FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis.

A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, através do CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativa, é a entidade responsável por este estudo que procura compreender o impacto do associativismo juvenil em Portugal.

A tua participação é voluntária, a informação recolhida é confidencial e apenas a equipa de investigação responsável pelo projeto tem acesso a ela. O que é importante é que respondas com sinceridade a todas as questões.

A tua resposta a este questionário é muito importante para todos os parceiros envolvidos.

Agradecemos desde já a tua participação.

Grupo I - Caracterização da Associação

1. Nome da Associação Juvenil

2. A associação tem um espaço físico (e.g., uma sede)?

Sim Não

2.1. **Se sim**, indica:

Município onde se localiza a sede da Associação Juvenil

Concelho onde se localiza a sede da Associação Juvenil

Distrito onde se localiza a sede da Associação Juvenil

3. O espaço está em boas condições?

Sim Não

3.1. **Se não**, o que mudarias? _____

4. Há quanto tempo existe a associação? anos ou meses

5. Há quanto tempo participas na associação? anos ou meses

6. Quantas pessoas aproximadamente compõem a associação (número aproximado de associados/as)?

5-20 21-50 51-70 71-100 101-120 121-150 Mais de 150

7. Qual a faixa etária da maioria dos/as associados/as?

12-14 anos 15-17 anos 18-23 anos 24-30 anos 31-35 anos

8. Âmbito territorial (Identificação da territorialidade abrangida pelas respostas/ações implementadas pela associação; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

8.1. Indica o âmbito territorial de atuação da Associação Juvenil

Bairro ou equivalente

Freguesia

Município

Distrito

Região

País

Internacional

Outro

9. Domínios de atuação (Identificação do domínio ou dos domínios de atuação nos quais a associação juvenil melhor se enquadra, seja pelos seus destinatários, objetivos, ou processos e metodologia de implementação; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

9.1. Quais os principais domínios de atuação da associação que diriges? (podes escolher até 3 opções)

Acessibilidade e Transportes

Ambiente, Sustentabilidade e Clima

Arte, Criatividade e Cultura Área Artística

Cidadania

Ciência/Tecnologia/Conhecimento

Comunicação/Informação

- Cooperação
- Desenvolvimento Vocacional e Pessoal
- Desporto Modalidade Desportiva
- Direitos e Proteção dos Animais
- Direitos Humanos
- Educação, Formação e Promoção da Leitura
- Empreendedorismo, Inovação e Emprego
- Habitação
- Inclusão Social
- Intergeneracionalidade
- Migrações
- Mobilidade Juvenil e Intercâmbios (e.g., Programa Erasmus)
- Participação Cívica
- Património e Herança Cultural
- Política
- Promoção do Sucesso Escolar
- Lazer/Tempos Livres/Animação
- Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco
- Solidariedade Social
- Tecnologias, Competências Digitais e Infraestruturas
- Voluntariado
- Outro(s) domínio(s) Qual?

9.2. Que outro(s) domínio(s) de atuação gostarias que a tua associação tivesse?

10. Atividades principais (Identificação das atividades mais representativas do trabalho da associação juvenil; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

10.1. Quais as **atividades principais** da associação que diriges? (podes escolher até 3 opções)

- Atividades políticas (e.g., congressos, grupos de discussão, petições, manifestações...)
- Atividades de estímulo à participação cívica
- Atividades artísticas (e.g., oficinas artísticas, escola de pintura, grupos e encontros de teatro, coros e festivais de música...)
- Atividades de (apoio à) proteção do ambiente
- Voluntariado/Intervenção comunitária
- Programas de Intercâmbio
- Atividades de âmbito cultural e lazer (e.g., cinema, teatro, concertos, festivais, eventos, museus, galerias, exposições)
- Atividades de bem-estar, saúde e estilo de vida saudável
- Atividades desportivas (e.g., programas de promoção do desporto, formação de equipas desportivas, encontros desportivos...)
- Atividades de desenvolvimento local
- Atividades que contribuem para a valorização da identidade cultural e tradicional da região (e.g., estudo e divulgação da etnografia, artesanato, usos e costumes...)
- Atividades de incentivo à fixação e atração de jovens para a região
- Atividades de combate à pobreza e discriminação
- Formação e educação (e.g., clubes de leitura, oficinas didáticas, seminários, workshops)

- Debates, reflexão e pensamento crítico
- Ações de informação e campanhas de sensibilização (e.g., sexualidade, direitos humanos, ambiente, estilo de vida saudável, minorias, emigrantes...)
- Exploração vocacional
- Bolsas de promoção de talento
- Encontros de jovens locais, regionais e nacionais
- Divulgação de informação escrita (newsletter, jornais, artigos...)
- Divulgação de informação no digital (redes sociais, website, podcast...)
- Atividades em família
- Organização de ações de rua e eventos
- Festivais de verão
- Outras Quais?

10.2. Das atividades principais desenvolvidas pela associação e que foram referidas no ponto anterior, em qual ou quais participas? (podes escolher até 3 opções)

- Atividades políticas (e.g., congressos, grupos de discussão, petições, manifestações...)
- Atividades de estímulo à participação cívica
- Atividades artísticas (e.g., oficinas artísticas, escola de pintura, grupos e encontros de teatro, coros e festivais de música...)
- Atividades de (apoio à) proteção do ambiente
- Voluntariado/Intervenção comunitária
- Programas de Intercâmbio
- Atividades de âmbito cultural e lazer (e.g., cinema, teatro, concertos, festivais, eventos, museus, galerias, exposições)
- Atividades de bem-estar, saúde e estilo de vida saudável

- Atividades desportivas (e.g., programas de promoção do desporto, formação de equipas desportivas, encontros desportivos...)
- Atividades de desenvolvimento local
- Atividades que contribuem para a valorização da identidade cultural e tradicional da região (e.g., estudo e divulgação da etnografia, artesanato, usos e costumes...)
- Atividades de incentivo à fixação e atração de jovens para a região
- Atividades de combate à pobreza e discriminação
- Formação e educação (e.g., clubes de leitura, oficinas didáticas, seminários, workshops)
- Debates, reflexão e pensamento crítico
- Ações de informação e campanhas de sensibilização (e.g., sexualidade, direitos humanos, ambiente, estilo de vida saudável, minorias, emigrantes...)
- Exploração vocacional
- Bolsas de promoção de talento
- Encontros de jovens locais, regionais e nacionais
- Divulgação de informação escrita (*newsletter*, jornais, artigos...)
- Divulgação de informação no digital (redes sociais, website, *podcast*...)
- Atividades em família
- Organização de ações de rua e eventos
- Festivais de verão
- Outras Quais?

10.3. Quanto tempo dedicas por mês, em média, a essas atividades?

- 1-3 dias 4-7 dias 8-13 dias 14-18 dias Mais de 18 dias

10.4. Que outra(s) atividade(s) gostarias que a tua associação desenvolvesse?

11. Indica o que mais te atrai ao dirigires esta associação:

- As pessoas que coordenam
- Os/as colegas
- As atividades que são desenvolvidas
- Outra Qual?

12. Como soubeste da existência da associação?

- Meios de comunicação (Internet, Redes Sociais, Blog, Notícias, Televisão, Revistas, Panfletos)
- Amigos/as, Vizinhos/as
- Família
- Escola, Professores/as, Colegas de Escola
- Fiz parte da sua criação/fundação
- Outro Qual?

13. Público-alvo (Identificação dos destinatários prioritários da associação; Caso se aplique, especificar o(s) público(s)-alvo (ex.: quando o âmbito de atuação da associação abrange outras faixas etárias e/ou quando apenas se destina a um grupo específico de jovens – desempregados/as, estudantes do ensino superior, etc.; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

13.1. A quem se destina a associação (i.e., qual o seu público-alvo)?

13.2. Quem pode fazer parte da associação?

Todos/as Apenas Associados/as Outros Quais?

13. Entidades parceiras (Identificação da principal entidade ou das principais entidades parceiras na implementação das ações da associação; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

13.1. Indica a principal ou principais entidades parceiras na implementação das ações da associação:

14. Entidades financiadoras (Identificação da principal entidade ou das principais entidades financiadoras da associação; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

14.1. Indica a principal ou principais entidades financiadoras da associação:

Grupo II – Ações

15. Indica as 5 ações mais representativas do trabalho da associação (no mínimo uma ação).

2.1. Ação 1 - Caracterização da ação 1 da associação

16. Indica qual a ação 1: _____

17. Público(s)-alvo da ação 1 (Identificação dos destinatários prioritários da ação 1 da associação; Caso se aplique, especificar o(s) público(s)-alvo (ex.: quando o âmbito de atuação da associação abrange outras faixas etárias e/ou quando apenas se destina a um grupo específico de jovens – desempregados/as, estudantes do ensino superior, etc.; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

17.1. Indica o(s) público(s)-alvo da ação 1.

18. Domínio(s) de atuação da ação 1 (Identificação do domínio ou dos domínios de atuação da ação 1)

18.1. Indica o(s) domínio(s) de atuação da ação 1 (podes seleccionar até 3 opções):

- Acessibilidade e Transportes
- Ambiente, Sustentabilidade e Clima
- Arte, Criatividade e Cultura Área Artística
- Cidadania
- Ciência/Tecnologia/Conhecimento
- Comunicação/Informação
- Cooperação
- Desenvolvimento Vocacional e Pessoal
- Desporto Modalidade Desportiva
- Direitos e Proteção dos Animais
- Direitos Humanos
- Educação, Formação e Promoção da Leitura
- Empreendedorismo, Inovação e Emprego
- Habitação
- Inclusão Social
- Intergeneracionalidade
- Migrações

- Mobilidade Juvenil e Intercâmbios (e.g., Programa Erasmus)
- Participação Cívica
- Património e Herança Cultural
- Política
- Promoção do Sucesso Escolar
- Lazer/Tempos Livres/Animação
- Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco
- Solidariedade Social
- Tecnologias, Competências Digitais e Infraestruturas
- Voluntariado
- Outro(s) domínio(s) Qual?

19. Âmbito territorial (Identificação da territorialidade abrangida pela resposta/ação 1 implementada pela associação; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

19.1. Indica o âmbito territorial de atuação da ação 1.

- Bairro ou equivalente
- Freguesia
- Município
- Distrito
- Região
- País
- Internacional
- Outro

20. Período de execução da ação 1 (Identificação do período temporal de execução da resposta/ação 1 implementada pela associação)

20.1. Indica há quanto tempo é que é implementada a ação 1 na associação.

20.2. Indica a altura do ano em que ocorre a implementação da ação 1 (e.g., só no verão), caso se aplique.

21. Entidades parceiras da ação 1 (Identificação da principal entidade ou das principais entidades parceiras na implementação da ação 1 da associação; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

21.1. Indica a principal ou principais entidades parceiras na implementação da ação 1:

22. Entidades promotoras da ação 1 (Identificação da principal entidade ou das principais entidades promotoras na implementação da ação 1 da associação; reporta-te, aproximadamente, aos últimos 3 anos)

22.1. Indica a principal ou principais entidades promotoras na implementação da ação 1:

23. Divulgação digital da ação 1 (Identificação do principal meio de divulgação digital da ação 1)

23.1. Indica o meio de divulgação digital da ação 1:

Website

Blog

Redes Sociais

Outra

2.2. Ação 2 - Caracterização da ação 2 da associação

Igual à ação 1. Só a ação 1 é obrigatória, esta é opcional.

2.3. Ação 3 - Caracterização da ação 3 da associação

Igual à ação 1. Só a ação 1 é obrigatória, esta é opcional.

2.4. Ação 4 - Caracterização da ação 4 da associação

Igual à ação 1. Só a ação 1 é obrigatória, esta é opcional.

2.5. Ação 5 - Caracterização da ação 5 da associação

Igual à ação 1. Só a ação 1 é obrigatória, esta é opcional.

Grupo III - Ser dirigente associativo/a

23. Quais as tuas motivações para seres dirigente associativo/a?

24. Quais as tuas principais tarefas/atividades enquanto dirigente associativo/a?

25. Descreve o que mais gostas na função de dirigente associativo/a.

26. Descreve o que menos gostas na função de dirigente associativo/a.

27. Que competências sentes que estás a desenvolver enquanto dirigente da associação?

28. Mudavas alguma coisa na associação que diriges?

Sim Não

a. **Se sim**, o quê?

29. Qual a importância de pertencer a uma associação?

30. Qual a importância de dirigir uma associação?

31. O que mais gostas na tua associação?

32. O que menos gostas na tua associação?

33. Que impacto esperas que a associação venha a ter no futuro?

34. Que impacto teve a pandemia na associação?

35. Que impacto teve a pandemia no teu papel de dirigente associativo/a?
